

## **ELITES LOCAIS VERSUS MONARQUIA? O EXEMPLO DA GALICIA TARDO-ANTIGA**

Pablo C. Díaz<sup>1</sup>

Luis R. Menéndez-Bueyes<sup>2</sup>

### **Resumo**

O fim do Império romano no Noroeste da Península Ibérica foi um processo abrupto. A irrupção bárbara praticamente isolou a província de Galicia dos centros de poder imperial, em especial da corte de Ravena. Os mecanismos de resistência diante dos suevos, evidenciados na crônica de Hidácio, não responderam a um padrão uniforme. Evidenciaram, por baixo do sistema uniformizador romano, uma sociedade complexa com interesses heterogêneos, uns decididamente locais, outros de base urbana, alguns diretamente herdados da presença administrativa romana. Perante a um poder suevo que só lentamente foi capaz de impor sua soberania sobre território provincial, essas realidades locais criaram estruturas de poder atomizadas e geraram elites de poder que estão na base da atomização extrema do período alto medieval. A conquista visigoda provavelmente foi resultado de um processo negociador a muitos grupos, onde incluíam-se as elites suevas, que não fizeram senão reforçar os padrões de evolução. Incluindo esses elementos godos, chegando como parte da administração provincial e militar, se converteriam em um fator a mais nesse panorama desagregado.

### **Palavras-chave**

Galicia; Reino Suevo; aristocracia local; visigodos; soberania política.

---

<sup>1</sup> Professor Doutor - Universidad de Salamanca, Salamanca, Espanha. E-mail: [pcdiaz@usal.es](mailto:pcdiaz@usal.es).

<sup>2</sup> Profesor Doctor - Universidad de Salamanca, Salamanca, España. E-mail: [mbueyes@usal.es](mailto:mbueyes@usal.es).

*Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 220-264.*

DOI:

## Resumen

El fin del Imperio romano en el noroeste de la península ibérica fue un proceso abrupto. La irrupción bárbara prácticamente aisló a la provincia Gallaecia de los centros de poder imperial, en especial de la corte de Ravena. Los mecanismos de resistencia ante los suevos, evidentes en la crónica de Hidacio, no respondieron a un patrón uniforme. Evidenciaron, por debajo del esquema uniformador romano, una sociedad compleja con intereses heterogéneos, unos decididamente locales, otros de base urbana, algunos directamente heredados de la presencia administrativa romana. Frente a un poder suevo que solo lentamente fue capaz de imponer su soberanía sobre el territorio provincial, esas realidades locales crearon estructuras de poder atomizadas y generaron élites de poder que están en la base de la atomización extrema del periodo altomedieval. La conquista visigoda probablemente fue el resultado de un proceso negociador a muchas bandas, donde se incluirían las élites suevas, que no hizo sino reforzar estos patrones de evolución. Incluso, esos elementos godos, llegados como parte de la administración provincial y militar, se convertirían en un factor más de ese panorama disgregado.

## Palabras clave

Gallaecia; Reino Suevo; Aristocracia local; Visigodos; Soberanía política.

## Introdução

*Gallaecia* e Galicia são termos habitualmente utilizados pela historiografia de maneira intercambiável. Por certo que o segundo procede do primeiro como uma mera evolução fonética perfeitamente compreensível tanto no galego como em espanhol, no entanto, a construção da Galicia que vai definindo suas fronteiras no medieval cristão, com uns limites que podem ser similares aos atuais, com a inclusão ocasional da atual comarca de Bierzo, e algumas variações fronteiriças menores, não é uma consequência nem automática nem inevitável da *Gallaecia* construída por Roma a partir de realidades indígenas com certas doses de homogeneidade. A Galicia cristã medieval foi o resultado de um longo processo onde a invasão sueva iria desempenhar sem dúvida um papel harmonizador. Foi a monarquia sueva, especialmente o que alguns têm chamado de segundo reino, o território católico do século VI, com clara colaboração com a Igreja, a que deu ao território uma entidade unitária que logo seria assumida pelo reino visigodo, quando a incorporou como província dependente da corte de Toledo. Esse processo, frequentemente velado pela opacidade das fontes, a fazer compreensível a mesma história do reino suevo e a entender os longos acontecimentos que vão da província romana criada por Diocleciano, que havia incorporado os territórios da Planície norte da Península Ibérica, à construção dos reinos medievais (Díaz, 2011; Díaz; Menéndez Bueyes, 2015; Kulikowski, 2015; López Sánchez, 2015; López Quiroga, 2018; Fernández Calo, 2018; Le Roux, 2019).

Afetou todo este processo na qualidade de vida destas populações? No atual estado dos nossos conhecimentos é complicado poder estabelecer algum tipo de certeza a respeito. Mas existem indícios sobre o feito que produziu uma certa queda de qualidade de vida na transição entre o mundo romano e a criação de uma entidade sueva, com uma alimentação baseada em recursos locais, destacando a presença do milhete na cadeia alimentar, se bem que a qualidade de vida nunca foi boa em nenhum dos períodos (López Costas; Müldner, 2016). Outras evidências também apontam a existência, do início do período suevo, de populações que necessitam maximizar o proveito obtido dos recursos disponíveis até o momento, talvez como consequência das pressões arrecadatórias dos novos senhores do território. Estas práticas longe de engajarem-se na melhoria das raças de gado ou na introdução de variantes que poderiam apresentar dificuldades de adaptação (como havia feito durante o período romano), parecem focar em práticas de pecuária extensiva em zonas montanhosas com áreas de mato. Se trataria de um aproveitamento de caprinos e ovinos e, sobretudo, de bovino, destinado à obtenção de leite e para a ajuda no trabalho agrícola. Práticas que permitiriam dedicar menos

*Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 221-264.*

DOI:

tempo ao cuidado do efetivo pecuário, e assim compartilhar a criação com outras atividades (Pérez-Rama et al., 2015). Coerentemente com esses dados, as necrópoles rurais, tanto romano tardias como alto medievais nos faz pensar, à luz das evidências arqueológicas e antropológicas, na existência de hierarquias sociais pouco marcadas nestas populações, grupos pequenos, pouco hierarquizados, caracterizados por uma estrutura de povoamento dispersos em pequenas comunidades, que, depois do período cálido romano, sofreram com condições úmidas com quedas de temperatura, tal e como destacam a maioria dos registros do norte peninsular destes períodos (López-Costas; Sánchez-Pardo, 2016; López Días, 2013: 32; López Quiroga, 2018: 164-165).

Pelo contrário, também se vai caracterizando pouco a pouco a existência de algumas elites neste território durante Antiguidade Tardia. Elites locais, e supralocais, e efetivamente, elites eclesiásticas, que manterão estruturas econômicas complexas, baseadas na terra, mas também no comércio e no controle de diversos recursos, como os de caráter mineiro. (Fernández, 2014 y 2018; Sánchez Pardo, 2014; Díaz; Menéndez Bueyes, 2015). Elites visíveis através dos privilégios internos, diferentes nas necrópoles rurais, detectados desde o final do século IV, mas sobretudo durante o V, que apresentam caros sarcófagos de mármore que, juntamente a outros elementos, poderiam formar parte de mausoléus e de pequenos oratórios que, posteriormente, depois do desaparecimento do sistema produtivo e representacional romano nas vilas, passarão a converter-se em igrejas, e em especial de tipo monástico entre os séculos VII-X (Sánchez Pardo, 2013b: 24-27; Suárez Otero, 2012; López Quiroga, 2018: 167-168).

Nossos conhecimentos atuais nos permitem traçar um panorama mais complexo para a *Gallaecia* pós-romana do que primeiramente podíamos pensar. Porém, Pere de Palol (1977), há mais de quarenta anos, defendeu que no século IV se produziu um auge do norte peninsular, especialmente na *Gallaecia*. Auge muito visível no amplo comércio exterior que entre os séculos IV-VI caracterizou à zona atlântica e cantábrica, e que se materializou a um auge de numerosos aglomerados secundários pelo noroeste, significativamente o caso galego, sendo também possível que resultou em uma certa reativação da mineração da região, embora sempre em uma escala menor que a desenvolvida no período de alto império (Fernández Ochoa; Morillo, 1994; Pérez Losada, 2002; Díaz; Menéndez Bueyes, 2005; Fernández Calo, 2018). Consequentemente, nos encontramos diante de um território onde se pode vislumbrar a existência de uma aristocracia cujo poder supera as bases econômicas meramente agrárias, e onde desempenha um importante papel no comércio de longa distância com base no porto de Vigo, entre os séculos IV e VII (Fernández, 2014 y

*Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 221-264.*

DOI:

2018). Nos encontramos com uma ampla evidência arqueológica que nos remete à existência de intercâmbios com o mundo mediterrâneo, mas também com o Atlântico, no que Vigo realizaria a função de conexão entre ambos. Assim, desde o âmbito mediterrâneo (norte da África, sul da península ibérica, mediterrâneo oriental abaixo do controle bizantino) se comerciaria até o Atlântico (Ilhas britânicas, ocidente da Galia) produtos como o alumínio, o vinho, os cereais, charcutaria, azeite, tais como produtos de cerâmica e de luxo. Definitivamente, uma área de relações com o mundo bizantino, que evita sustentar a ideia de que nos encontramos diante de uma zona periférica, no sentido de isolada, como, em ocasiões, apresentaram de maneira um tanto retórica algumas fontes. E isso até o extremo que este comércio conseguirá durar ao final do mesmo com outras áreas atlânticas e cantábricas durante a segunda metade do século VI, em consequência do final do comércio entre o mundo bizantino e o sudoeste britânico (Fernández Fernández et al., 2019; Sánchez Pardo, 2020). A existência destes contatos com o mundo oriental vem constatada ainda com a presença de personagens mencionados nas fontes e inscrições em grego, presentes incluso em contextos do noroeste, como ocorre no Castro de Viladonga (De Hoz, 2008).

## **1. Gallaecia: uma entidade administrativa romana no extremo do Império**

O território da antiga *Gallaecia* ou *Callaecia* constituiu-se a partir do processo de reconhecimento e equiparação de realidades e populações, políticas e culturais que apresentam semelhanças, mas não igualdades, envoltas pelo poder romano, realidades que, desde uma ótica arqueológica, os especialistas denominam *cultura castreña del noroeste* (Pereira, 1992; Peña Santos, 2003: 142-144; González Ruibal, 2006-2007; Dopico Caínzos; Santos Yanguas, 2017; Fernández Calo, 2018). Nesta cultura, desde um ponto de vista estritamente arqueológico, integrariam graças à tipologia de objetos encontrados nas jazidas deste tipo, toda a Galícia atual, as comarcas leonesas de *El Bierzo* e as Montanhas Leonesas, as *penneplanícies zamoranas* de *Sanabria-Carballeda* e *Aliste*, a região portuguesa de *Tras-os-Montes* e a parte ocidental de Astúrias (Valle del Navia) que em seu momento pertenceu ao *conventus Lucensis* (Fanjul Peraza, 2019).

Posto isto, estas realidades arqueológicas possuem diferenças entre si, em algumas ocasiões de organização, que vem a corroborar a existência de povos distintos. Desta maneira, os galaicos habitariam as terras do noroeste da Península Ibérica a partir do rio Duero, em contato com os *Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 221-264.*

DOI:

lusitanos mediante uma região de transição que vem documentada mediante diferenças evidentes tanto na cultura material como linguística, assim por fazer parte do que posteriormente será a *Gallaecia Bracarense*, que incluía região de Miño, ao norte de onde se estendia a *Gallaecia Lucense*. Abaixo do nome dos galaicos, portanto, se abrangendo por parte de Roma um grande número de povos diversos cuja denominação nos permite unicamente uma origem aproximada, extremamente complexo, porque este nome genérico faz referência exclusivamente a um componente minoritário e tardio da origem celta mas não de acordo com a maior parte de seus componentes culturais e étnicos, como evidencia de que foram incluídos na *Lusitania* durante as primeiras divisões administrativas após a conquista (Almagro-Gorbea, 2015: 48-52).

Para P. Le Roux, a extensão em todo território ao norte do Duero dos galaicos, se deve ao que foi este povo, o primeiro a entrar em contato com os romanos na expedição de D. Bruto em 138-137 a.C., no entanto, não seguindo um critério de todo arbitrário, pois existiriam certas concomitância com estes povos que justificariam o uso de um nome genérico e, desta maneira, conseguiria uma assimilação cômoda e necessária. Este processo histórico é posto em relação com o ocorrido na Germânia, onde Tácito (Tac. *Ger.* 2) relata que o vocábulo “germano” derivava de um povo determinado, cujos membros atribuíam-se esse nome por terem sido os primeiros a cruzar o Reno e vencer os gauleses; desta maneira, a intenção de Roma seria inscrever uns etnônimos existentes nos marcos próprios dos sistemas de nomenclatura utilizados tradicionalmente por Roma para que também pudessem refletir a diversidade e as divisões indígenas (Le Roux, 2006: 68-69). Existem dados arqueológicos que parecem apoiar a hipótese de que desde esta expedição à região sul do território galaico, fundamentalmente o espaço costeiro entre o Duero e o Miño, encontra-se sob o controle romano, pois pode-se observar a crescente incidência dos produtos do comércio romano nos meios indígenas a partir destas datas (Peña Santos, 2003: 150-151).

Após os complexos, e ainda não compreendidos em sua totalidade, processos de ordenamento administrativo realizados por Augusto no noroeste peninsular em torno da mudança de época, se define na *Gallaecia* um espaço composto pelo *conuentus* de *Lucus Augusti* e *Bracara Augusta* que contou com a presença de *procuratores* até a criação, no marco das reformas de Diocleciano, de uma província nas quais se incluíam amplas regiões do noroeste hispano organizadas dentro dos originais *conventus Asturum, Bracarumn Lucensis e Clunienses* (Tranoy, 1981; Santos Yanguas; Dopico Caínzos, 2016; Dopico Caínzos; Santos Yanguas, 2017; Fernández Calo, 2018), segundo as notícias oferecidas pela *Notitia Dignitatum Occidentalis*

**Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 221-264.**

DOI:

(NDOcc. XLII, 30), assim como por Orósio (Oros. Hist. V, 7, 2; VI, 21, 2). Nestes espaços haveriam que restar-lhes uma porção do NE., que dependia da *Tarraconense*, e cuja capital foi *Bracara Augusta* (Díaz; Menéndez-Bueyes, 2005: 265-277). Surge então uma província extrema dentro de uma *finis terrae* que temos de entender no conjunto peninsular com respeito ao centro do mundo romano, não como algo inerente unicamente às regiões do noroeste, incorporando a princípio um enquadramento geográfico que encontraria delimitado pelo Atlântico e o Cantábrico em seus limites costeiros e pelo rio Duero ao sul e seu afluente o Cea ao oriente da planície, estendendo-se até a costa aproximadamente pelo curso do Sella; contudo, a este território deve-se adicionar em seus limites orientais aqueles que são definidos pelas respectivas áreas de influência de suevos e visigodos pactuadas em 452 e 454 entre o Rechiario e Teodorico (Hydat. 147 y 153), e que segundo Jordanes (*Get.* XLIV, 230), teria sua fronteira oriental na *Autrigonia*. O próprio Hidácio amplia esta informação ao incluir dentro deste limite oriental as terras dos cântaros e vândalos que os hérulos atacaram depois de serem expulsos das costas do Lugo (Hydat. 164) (Lanz, 2020: 203). Da mesma maneira, os limites meridionais ultrapassaram as fronteiras do Duero (Hydat. 2), sendo muito possível que o rio Eresma marcou o limite da província dom a *Lusitania* até a *Sierra de Ávila*, e com a *Carthaginense* por *Somosierra* e *Guadarrama*. Em todo caso, estes territórios orientais não teriam um futuro duradouro no que será a *Gallaecia* tardo-antiga, pois o reino suevo fixará sua fronteira nos limites do antigo *conventus Asturum*, deixando os territórios de boa parte do *Cluniense* como um território de propriedade irregular que, passando pela mão do usurpador Constantino III, chegará até os visigodos, que finalmente incluirão desde o ponto de vista administrativo em sua província *Carthaginense*, sendo controlado diretamente por Toledo (Díaz, 2006: 202; Díaz; Menéndez-Bueyes, 2005: 266-271 y 276).

A não anexação do território de *Clunia* nas estruturas da *Gallaecia* sueva do século VI, depois de haver sido reconhecido em meados do séculos V, provavelmente tem relação com o assentamento visigodo do final deste século, que elegeu essa região como zona de preferência de acomodação (Ripoll, 1998). Em todo caso foi uma região especialmente desestruturada já desde o século IV, parece ter sido uma zona com uma densidade demográfica muito baixa e a capital do *Conventus*, *Clunia*, parece ter sido abandonada relativamente rápido (Cepas, 2006). Na prática, desde as usurpações do começo do século V, esta região foi moeda de troca para a satisfação de cada recém-chegado.

Tratou-se, portanto, de um processo de organização de entidades étnicas distintas, mas com similaridades culturais, que se iniciou com Augusto,

**Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 221-264.**

DOI:

mas com notável aceleração sob as ordens de Tibério, sendo já decisiva no período de Flávio, e que teve como consequência *inventio* de uma região histórica com sua própria identidade e a potenciação de suas características internas no marco organizativo dos *conventus*, ainda que uma importante transmutação da natureza dessas comunidades (Pereira, 1988: 252-258; Suárez Piñeiro, 2007; Fernández Calo, 2018). Em consequência, atendendo a todos estes parâmetros, temos que descartar os velhos prejuízos que até poucos anos existiam sobre a romanização dos espaços setentrionais da Península Ibérica, mais ainda quando a arqueologia nos veio mostrando uma presença muito mais acentuada de Roma do que as fontes permitiram pressupor (Fernández Ochoa; Morillo Cerdán, 2015). Assim recebe importância especial a tomar consciência de que para conseguir a consolidação deste processo desde seu início, Roma chegou à uma solução de compromisso com as comunidades indígenas mediante a qual estas seguiriam assumindo as questões de caráter privado, enquanto que a organização comunitária da nova *ciuitas* iria gerir assuntos como o censo, o pagamento de impostos, recrutamento militar, etc., pelo o que existiria contradição com a permanência de formas de organização indígenas como as citadas (Pereira, 1988: 249-252; Suárez Piñeiro, 2009: 85-111).<sup>3</sup>

## **2.- Gallaecia no século v. entre o referencial geográfico de Hidácio e os poderes locais emergentes**

Nosso conhecimento da *Gallaecia* do século V, e ainda de outras questões mais gerais depois do colapso que significou o desaparecimento da presença unificadora do Império, deveu-se durante muito tempo ao aporte oferecido por Hidácio.

*Gallaecia* se apresenta em sua crônica como uma mera referência geográfica, ainda que nem todos a considerem assim, chegando a considerar que o uso que o bispo de *Aquae Flaviae* faz do termo, é um ato consciente de uma reivindicação de uma identidade coletiva, quase um precursor do nacionalismo galego contemporâneo (López Pereira, 1981; Gil González, 2020: 15-20). No entanto, sua visão do mundo imediato e da realidade envolvente não deve ser avaliada com parâmetros atuais. Em Hidácio, há uma clara consciência da diversidade da sua conjuntura, das realidades múltiplas e dos interesses variados e muitas vezes contraditórios dos personagens que povoam sua crônica. É, portanto, uma

---

<sup>3</sup> Colocando sentido na afirmação de K. Hopkins (1996) de que a romanização deve entender-se como parte de um processo global de adaptação mútua entre conquistadores e conquistados, e na inclusão destes últimos, sequer de forma imprecisa, em uma economia única, na escola imperial.

*Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 221-264.*

DOI:



referência geográfica que deve ser entendida a partir de níveis interpretativos diversos, desde realidades antigas, às vezes meras relações de uma administração já desaparecida<sup>4</sup>, a qual ocasionalmente parece olhar com nostalgia, até as realidades novas que ele pontualmente anota com um distanciamento que nos faz duvidar de seu nível de compromisso ou objetividade. Realidades aparentemente novas, recuperações ou reinterpretações das formas de governo local, às vezes com antecedentes pré-romanos, que desempenharão um papel fundamental na futura articulação do reino suevo, constituindo um vínculo necessário para fazer compreensível na atomizada realidade local no período alto medieval.

Hidácio é um eclesiástico com um notável nível cultural, pelo que em sua obra se encontra de maneira consubstancial um permanente repúdio diante dos bárbaros, arquétipo para elite cultural romana de todo aquele oposto às suas tradições, pois são culpados do desaparecimento de um universo sociocultural que o bispo considera organizado (Burgess, 1993; Bernárdez Vilar, 2004; Kötter; Scardino, 2019; Fiorot, 2021). Desta maneira, Hidácio se mostrará como um baluarte da fidelidade às grandes instituições que representam a ordem do universo: A Igreja e o Império (Díaz, 2011; Núñez García, 2012: 61-73). Os bárbaros se apresentam como inimigo de ambas pois, se por um lado entraram na península contra a vontade romana, por outro serão inimigos da igreja por entrada dupla, inicialmente como gentios e, posteriormente ao adotar o arianismo como credo, por sua condição de hereges (García Moreno, 2017: 97-103).

Um aspecto de especial interesse na obra do bispo de *Aquae Flaviae* é o progressivo conhecimento de uma certa capacidade de resistência dos emergentes, diante do poder militar suevo, que se organiza no entorno das cidades, incluindo *castella* e que, ainda poderiam ter a capacidade de unirem-se a grupos semelhantes a fim de realizar pressão junto às negociações diplomáticas. No ano de 430, quando o rei suevo Hermerico se encontra em plena pilhagem do qual o cronista denomina *medias partes Gallaeciae*, possivelmente o *conuentus de Asturica*, surge a oposição de *plebem quae castella titiora retinebat* (Hydat. 81). O que se pode interpretar como a aparição de um novo fator no protagonismo crescente das instâncias locais ou regionais. Nesta mesma ideia para aprofundar outra referência na que menciona que em 438, os suevos ratificam a paz *cum parte plebis Callaciae* com os que haviam tido um conflito (Hydat. 105). Neste caso, parece que

---

<sup>4</sup> Um território da *Gallaecia* que, embora considerado periférico por parte de Roma, não foi abandonado completamente por ela - em uma prática política um tanto ambígua, que se debatia entre a passividade e a tentativa de castigar demasiadamente as populações suscetíveis a fornecer produtos ao Império -, intervindo nos conflitos entre os diversos povos bárbaros assentados na região em 419-420 (Roberto, 2020: 43-46).

*Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 221-264.*

DOI:

estamos diante uma assimilação genérica dos habitantes da província por oposição aos suevos invasores – em uma linha na qual poderíamos interpretar também Hydat. 181 e 199 (Díaz, 2006: 205; Bernárdez Vilar, 2004: 81-84) -, onde *plebs* poderia ter o significado de comunidade ou povo cristão e não o sentido de multidão ou massa popular. De fato, o termo é utilizado também em relação aos auronenses, opositores dos suevos anos depois (Hydat. 229) (Díaz, 2011:175-176), podemos encontrar, desta maneira, diante de uma verdadeira expressão político-religiosa do corpo civil constituinte de comunidade local, como evidencia *Conc. Brac. II* (Fernández Calo, 2019: 69-71).

Existem mais provas sobre a identidade desses resistentes? A arqueologia desempenhou durante os últimos anos um papel decisivo na hora de compreender a intensidade do esforço romanizador sobre os territórios do noroeste hispano, sendo hoje evidente sua realidade e, de maneira manifestante, no aspecto relacionado com a existência de umas elites de caráter autóctone integradas dentro do modelo romano de poder, com tudo o que isto implica, e cuja importância na substituição de autoridade durante a Antiguidade Tardia cada dia é mais evidente, igualmente ao que ocorre em outros lugares do império durante seu processo de desintegração (Díaz, 1987; Díaz, 1993; Díaz, 1997; Arce, 2005: 160-161, 184, 198; Halsall, 2007: 479-481). A concretização física dessas elites romanizadas serão os estabelecimentos rurais do tipo *Villae*, especialmente a partir do Baixo Império e, mais concretamente desde o século IV, no qual assistimos na *Gallaeciae* um processo expansivo do modelo que leva tanto à remodelação das já existentes como a implantação de numerosos assentamentos de nova criação, podendo contabilizar umas cem jazidas deste tipo em Galicia e o norte de Portugal (Chavarría Arnau, 2007) <sup>5</sup>.

De especial relevância é o fato de que, enquanto alguns destes estabelecimentos são abandonados pacificamente durante a primeira metade do século V, igualmente ao que ocorre em numerosos lugares da Hispânia e do restante do Império, em outros nos encontramos com a continuidade, não isenta de importantes reformas, até o século VI em alguns casos - como em Noville e Toralla -, e até a época suevo-visigótica em outros, embora que frequentemente com umas grandes transformações de uso, como nos paradigmáticos exemplos de Noville, Lovelle, Auguas Santas em Barcelos, Paco Vello de Facha, Ponte de Lima e Paco de Vila

---

<sup>5</sup> Certamente, e diante das escassas jazidas que contam com escavações, muitas catalogadas como vilas devem responder a outro tipo de realidades populacionais, do estilo das aldeias e granjas, como destacam diversos autores, como Rodríguez Resino (2005: 172-173) ou Tejerizo Garcia (2020: 173-180).

*Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 221-264.*

DOI:

Cova, o Veranes e Beloño na zona asturiana.<sup>6</sup> E mais, algumas evidências apontam ao fato de que, ao menos no convento bracarense, podíamos encontrar uma nova fase – muito mais reduzida – para os estabelecimentos do tipo *villae* durante os séculos VI e VII, que não entraram em declínio até o aparecimento no oitavo século de um padrão de assentamento mais relacionado com as realidades medievais (Rodríguez Resino, 2005: 172-181; Chavarría Arnau, 2007: 285-289; Sánchez Pardo, 2010; López Quiroga, 2004; 2018: 163-168; Tejerizo García, 2020).

Basicamente, as transformações das vilas do baixo império que podemos deduzir na *Gallaecia* no período antigo tardio, passam pelas reutilizações como necrópoles das instalações da *pars urbana* e/ou como lugares de culto que, incluso, puderam chegar a ser monastérios, reaproveitando as instâncias. Em alguns casos, este processo conduz ao final do século VII a que estes estabelecimentos rurais percam completamente seu caráter anterior, transformando-se em habitats rurais abertos ao redor de um edifício de culto, prenunciando desta maneira o que será a *villa* medieval. Este processo vem bem representado por jazidas como Adro Vello, Bares ou Bretoña (Rodríguez Resino, 2005:175-178; Sánchez Pardo, 2010: 303). As possíveis explicações que conduzem à estas transformações não devem ser procuradas tanto nos ciclos de invasão, como na cristianização das elites e o processo de criação de igrejas próprias em suas propriedades (Díaz, 1986; Sánchez Pardo, 2013b: 29-31), assim como em um processo comum em lado ocidental do Império, de transformação das antigas vilas produtivas nas aldeias medievais (Rodríguez Resino, 2005: 177-178; Vigil Escalera; Quirós Castillo, 2012: 87; Martín Viso, 2016). Este processo de aparição de assentamentos abertos também poderiam estar na base do desaparecimento do tradicional assentamento castrense, cuja existência diante das *villae* não estaria representando dois modelos econômicos e sociais paralelos de, por outra parte, muito difícil demonstração, mas que poderíamos nos encontrar perante uma relação *castro-villae*, que vinha

---

<sup>6</sup> Um fenômeno de conservação de atividade que poderia alcançar o século VIII que hoje parece ser colocada para vilas como as leonesas de Los Villares e El Piélagu ou Vallisoletana de Almenara de Adaja (Regueras Grande; Rodríguez Casanova, 2017: 16-17). A transformação das vilas romanas durante os séculos V-VI não significa necessariamente que muitos latifundiários não sigam sendo os donos de sus propriedades podendo ser os novos ocupantes alguns dos antigos camponeses trabalhadores agrícolas da propriedade (Diarte-Blasco, 2018: 152). D. Fernández (Fernández, 2017: 194-195 y 225-227) considerou recentemente que as aristocracias latifundiárias hispanas tiveram uma grande capacidade de adaptação às variáveis circunstâncias econômicas e políticas da antiguidade tardia, em especial ao impacto variável do sistema tributário e a mudança para as redes de intercâmbio mais regionais e incluindo locais. Sobre o escorregadio tema da antiguidade tardia deve ser visto agora Marcone 2020.

**Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 221-264.**

**DOI:**

marcada por ser esta a residência de um *possessor* desde a que iria gerir tanto sus posses diretas como as competências fiscais sobre os habitantes de *fundus* a um assentamento aberto, enquanto a *villae* perdura (Arizaga Castro; Ayán Vila, 2007: 484; Rodríguez Resino, 2005: 193). Para alguns autores, a semente deste processo de articulação territorial se encontra no reino suevo, pois entre o século V e VI, alguns castros significativos continuavam habitados, ao mesmo tempo que se desenvolvia o ambiente disperso de aldeias abertas sem conotações defensivas na base de castros que mostram em sua toponímia a presença de *possessores* germânicos, o que pode ter acontecido pela perenidade do modelo de exploração agrícola e do padrão cultural indígena (Arizaga Castro; Ayán Vila, 2007: 497; Rodríguez Sánchez, 2012; Sánchez Pardo, 2010b).

Contudo, enquanto ao modelo tradicional de povoamento do noroeste hispano, os castros, sua continuidade, estabelecida como algo cotidiano com base em diversas referências contidas na obra de Hidácio, assim como na documentação visigoda e alto medieval (Novo Guisán, 2000)<sup>7</sup>, se mostra problemática desde a época arqueológica, posto que os dados apontam até um certo renascimento de sua ocupação durante o século IV, mas não mais à frente do V, salvo como reocupações pontuais de escassa autoridade e de interpretação variável (Arias Vilas, 1993: 201-208; Arias Vilas, 1996: 181-188; Rodríguez Resino, 2005: 163-164; Tejerizo García, 2020: 165-167; Menéndez Bueyes et al., 2019: 103-111).

Reocupações que podem ter posto relação, em numerosas ocasiões, mais com uma mudança desde o ponto de vista econômico<sup>8</sup>, podendo se detectar uma maior importância da pecuária (Gutiérrez González, 2002; Díaz; Menéndez Bueyes, 2005: 291-294), que desde muitos anos de ocupação ou centros de defesa gerais<sup>9</sup>. Estas perdurações castrais nos

---

<sup>7</sup> Em todo caso, este fenômeno não tem nada a ver com a romanização mal estabelecida nem com renascer do indígena (Arizaga Castro; Ayán Vila, 2007: 491; Gutiérrez González, 2002: 311).

<sup>8</sup> Por exemplo, em conexão com fatores estratégicos a partir do século III, como se postula para castros pontevedreses da antiguidade de Santa Trega, A Peneda do Viso e Lanzada; coruñeses como Castro Lupario e A Graña; ou lusos como Catreliño de Montemaior Barán, Penadominga e Os Castros de A Devesa; assim como os orensanos de Santomé, Castromao e Outeiro de Balta (Arizaga Castro; Ayán Vila, 2007:484).

<sup>9</sup> Foi postulado a reocupação militar de alguns castros do norte de Portugal como assentamentos dos *burgarii* citados nas fontes, como em A Fiães (séculos V-VI), Curalha (que perdura até os séculos VI-VII), Monte Mozinho o Sanfins (Arizaga Castro; Ayán Vila, 2007: 484). Também recentemente se postulou uma revitalização militar da época constantiniana no casto asturiano de Monte Castrelo de Pelou, pois ao que parece nesta época pertenceria certas fortificações ainda por especificar (Montes López et al., 2010). Em geral, a revitalização castreña, como fenômeno militar ou como modo de proteção **Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 221-264.**

DOI:

séculos IV e V d.C se documentam tanto nas zonas de interior, mais periféricas – caso dos castros de A Graña, Barán ou Vitela - como nas áreas litorâneas, com castros que mostram a existência de contatos comerciais que podem ser incluídos nas rotas do Atlântico e do Mediterrâneo, como A Lanzada, O Castro Grande de Neixón ou Torres do Oeste. Igualmente podemos encontrar castros que se encontram em relação direta com os meios de comunicação como a A Peneda do Viso na depressão Meridiana ou o castro de Laias na bacia media do Miño e próximo ao município de Lais citado por Hidácio (Arizaga Castro; Ayán Vila, 2007: 490).

O problema – para o noroeste peninsular e Asturias – é que, desde uma perspectiva arqueológica, a sobrevivência destes modelos de hábitat – como tais – não parece perdurar além dos séculos IV-V d.C., salvo casos pontuais, sem que sua ocupação se mantenha ao longo de toda antiguidade tardia e a Alta Idade Média, como defendem alguns autores, baseando fundamentalmente nas fontes, e sem que possamos estabelecer claramente se seu declínio se relaciona ou não com a criação das vilas ou outro tipo de povoamento da época romana (Rodríguez Resino, 2005; Sánchez Pardo, 2010 y 2012). Dito isto, a aparição e a criação de aldeias, com tipologia variada, é uma realidade contrastada em toda Europa desde a segunda metade do século V nos âmbitos rurais, nos que estes tipos de jazidas vão tomando protagonismo (Hamerow, 2007; Martín Viso, 2016; Vigil-Escalera; Quirós Castillo, 2012: 86-87). Aldeias que, incluso os complexos territórios do norte peninsular, já começamos a conhecer superficialmente com alguns casos na Galicia, País Vasco, León, e, incluso, Asturias (Rodríguez Resino, 2005; Ballesteros-Arias; Blanco-Rotea, 2009; Pérez Rodríguez-Aragón; González Fernández, 2009; Requejo Pagés; Gutiérrez González, 2009; Fernández Mier; Quirós Castillo, 2015; Fernández Mier et al., 2019; Tejerizo García, 2020).

Certamente, existem discrepâncias na hora de identificar o termo *castella* utilizado por Hidácio como um antigo povoado fortificado, assim, por exemplo, alguns autores interpretam como estabelecimentos rurais fortificados (Arce, 2005: 65-66 y 234-238.)<sup>10</sup> enquanto que para outros, poderíamos encontrarmos diante da suposição de um novo tipo de habitat, a uma velha e já obsoleta, estrutura castra, tal e como poderia ocorrer em

---

das atividades econômicas se baseia em um bom número destas jazidas (López Quiroga, 2018: 164-166).

<sup>10</sup> Por outro lado, em alguns dos quadros da época visigoda da região de Salamanca, aparece a menção *castros* (ou castra), que na realidade pode estar fazendo referência a algum tipo de aldeia ou lugar mais ou menos pequeno, sem que existam razões para pensar que deve tratar necessariamente de um cenário militar (Velázquez Soriano, 2004: 91, 184-185 y 511, n.º. 20 del Catálogo).

algumas ocasiões nos territórios marginais do norte como alguns dos espaços mencionados na *Regula communis* (López Quiroga, 2004: 155-156, 181-183 y 259-263; López Quiroga, 2018: 165; Díaz, 2017; 2017b e 2018). Para os escassos casos de grandes castros que perduram, como A Lanzada ou Viladonga, talvez poderíamos propor um papel de vínculo entre o rural e as cidades, cumprindo funções tributárias como líder de *ciuitas* (Rodríguez Resino, 2005: 192-196). Um fenômeno que também se defende sobre os castros leoneses com ocupação tardia que se inserem na *Gallaecia* (Gutiérrez González, 2002).

Diante deste panorama tão complexo, poderíamos nos encontrar com a possibilidade de que alguns castros tardios exercessem a chefia de *ciuitates menores* que, por sua vez – dependendo das regiões – ou possivelmente pertenceriam a uma circunscrição mais ampla, teria seu capital em um aglomerado de tipo secundário, ou talvez assumiriam – em zonas mais atrasadas, como a costa norte do Lugo – diretamente as funções político *administrass* e fiscais, prestando a esse tipo de assentamento uma base agrícola e pecuarista. Este poderia ser também o caso de Castro Ventosa (Cacabelos, León), nas imediações da *ciuitas* de *Bergidum Flavium*, rendida com a ocupação dos séculos IV e V. Onde se propôs que a partir desta época, o centro de articulação deste território se desloque da *ciuitas*, convertendo o novo centro do território nas mãos de poderes locais, desempenhando funções de articulação do território *berciano* ao longo da romanidade tardia e a Alta Idade Média (Rodríguez Resino, 2005; Fernández Mier, 2009; Tejerizo García, 2020).

Outra realidade que põem em manifesto a existência de certas elites que parecem liderar a resistência diante da ocupação germânica é as dos centros urbano, como Astorga, Lugo, Lisboa ou *Conimbra*, etc., cujas funções aglutinantes, incluindo organizadoras do arredor, parecem se manter durante estes turbulentos tempos (Díaz, 1987: 243-248; Rodríguez Resino, 2005: 146-157). Por outro lado, a vinculação das elites e os povoados fortificados sempre é uma opção a valorizar (Vigil-Escalera; Quirós Castillo, 2012: 87; Tejerizo García, 2020). Em Astorga, até onde podemos intuir, as autoridades civis representam para Hidácio um papel secundário a respeito da figura episcopal. No entanto, a figura do *rector* de Lugo (Hydat 194), até o qual os suevos dirigiram sua agressividade no ano de 460, ou a nobre família de Cantaber, agredida em 465, com o sequestro da mulher e dos filhos (Hydat, 225), ou a presença de um cidadão de Lisboa que parece haver permitido a entrada dos suevos na cidade enquanto ocupava um posto ilustre na mesma (Hydat, 240), são indícios de uma estrutura urbana atuante e provavelmente controlada pela velha aristocracia provinciana (Díaz, 2011). Embora sequer possamos esquecer

**Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 221-264.**

**DOI:**

que, em uma província em que as cidades não eram muito numerosas, os aglomerados secundários realizariam também um papel relevante das comarcas, competências entre as quais estariam as de tipo tributário (Pérez Losada, 2002: 345-348; Rodríguez Resino, 2005: 192-193; Quirós Castillo; Santos Salazar, 2014). Este seria o papel que poderia desempenhar entre os séculos IV-VI/VII o antigo campo de A Cidadela, nos termos das últimas investigações (Sánchez-Pardo et al., 2020).

Hidácio menciona uma última realidade que se opõem aos invasores e que é individualizada mediante designações de caráter étnico (Hydat. 192, 229 y 243)<sup>11</sup>. Trata-se dos auregenses e os aunonenses, que parecem estar situados ou sul da atual Galicia, capazes de manter uma guerra prolongada, de pactuar em condições de igualdade, assim como de estabelecer relações diplomáticas mesmo com o visigodo Teodorico. Realidades que o nosso autor recorda com referências de tipo aparentemente gentílico. Provavelmente dentro de uma nova nomenclatura de identidades que se sobrepuseram circunstancialmente às antigas, mas que se fossilizaram posteriormente como topônimos, indicando localidades e regiões. Feito inquestionável já no século VI no caso dos aunonenses que podemos identificar com a referência do *Parrochiale Sueuum*, que coleta um *pagus Aunone* entre as igrejas da diocese de *Tude*. Enquanto que Isidoro recorda indistintamente aos auregenses e a comarca de Aregia (Isid., Hist. 49: (larga) “Aregiam iste cepit”; (breve) “Subegit Aregenses”), provavelmente como uma realidade que era contemporânea para ele. Em todo caso se trataria de uma conjunção defensiva pouco articulada e de escassa capacidade, eventualmente para poder manter um certo êxito na resistência e, que em seu conjunto, são identificados por Hidácio em função de critérios geográficos, antropológicos, culturais, ou genericamente “étnicos”, sob a denominação de *galegos*, assumindo assim, a partir dos anos 40 do século V, que seu futuro já não seguirá unido ao do Império e que, desde este momento, dependeriam de sua própria capacidade de resistência (Díaz, 2006: 204-206; Fernández Calo, 2019: 52-58)<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> Se nos foge o significado real destes etnônimos, embora seja frequente nos autores tardios do Império o uso de tais nomes (por exemplo, Temistio, *Orationes*, XVII, 211c-d), sem que isso signifique o que nos encontramos diante de povos escassamente aculturados (Díaz; Menéndez-Bueyes, 2005: 290-291).

<sup>12</sup> De fato, é possível que, como ocorreu em outros lugares, finalmente existisse uma colaboração das elites com os suevos, pois a manutenção de seu status teria prioridade para eles (Bernárdez Vilar, 2004: 84). Assim interpreta J. Arce (2005: 65-66, 100-106) as referências de Orósio (*Hist.* VII, 41, 7) e Hidácio (Hydat. 41). A ideia de que o poder local foi um substrato de toda a organização política-administrativa de *Gallaecia* desde a época *Heródoto*, *Unifesp*, *Guarulhos*, v.6, n.2 - 2021.2. p. 221-264.

DOI:

Para o partido contrário, o dos suevos, tampouco se apresenta como uma realidade excessivamente institucionalizada durante o séc. V, praticando uma certa itinerância desde sua base do sul da província, situando sua corte em Braga (Díaz, 2000). Como pode-se comprovar nas diversas referências de Hidácio (Hydat. 106, 129, 168 y 180), o reino suevo é durante o século V uma mera entidade patrimonial, não um conceito territorial, pois qualquer atuação é personalizada na figura de reis ou de ocasionais chefias guerreiras, negando assim expressamente um reconhecimento da existência de autoridade sobre *Gallaecia* por parte dos suevos (Díaz, 2011; Gazzotti, 2020). Uma autoridade que de fato, sempre esteve por um fio durante esta primeira fase da monarquia militar sueva. Efetivamente, depois de sua derrota nas mãos do exército godo de Agiulfo, sob o controle de Teodorico II, e a tentativa falha daquele de reconstruir sob seu governo uma nova monarquia na região (Hydat 173 e 180), o restante da nobreza sueva conseguiu se refazer. Se tratava de uma nobreza que recebia seu apoio dos séquitos nobiliárquicos que haviam ido embora, criando depois a monarquia militar sueva, assim como em *landnhme* ao noroeste peninsular, converteram-se em senhores de territórios hereditários, o que propiciaria que um nobre, Maldras, se colocasse à frente de uma nova monarquia militar sueva, apoiando-se por sua vez em grupos militares suevos que se encontrariam na zona do Duero. E, simultaneamente, mais ao norte, aparecerá um novo aspirante ao trono, Framtan, em um processo similar. Estas circunstâncias, como destaca L.A. Moreno, chegaria finalmente a um bom final graças às oligarquias tardo romanas do Noroeste que começaram a se inclinar mais aos suevos do que aos godos, depois de incursões depredatórias destes (García Moreno, 2017: 117-118), que puderam responder às práticas de pilhagem vinculadas com as necessidades da coroa com respeito à nobreza junto com a concepção de certa alteridade aos suevos, práticas definitivamente características deste mundo tardo-antigo (Poveda Arias, 2020: 83).

Podemos comprovar como o antigo sistema romano vai se configurando, ao menos parcialmente, ao longo de um período que A. Rodríguez Resino estabelece em diferentes fases cronológicas (Rodríguez Resino, 2005). Entre os séculos V-VI, que agora nos ocupamos, se comprova quando se produz o abandono da maior parte dos assentamentos característicos do período romano tardio. As antigas *ciuitas* não foram abandonadas, mas apresentam uma reestruturação importante que fala do sistema organizado que representaram e ao passo de um novo grupo de poder representado pelos bispos e pelas famílias das aristocracias urbanas (Sánchez Pardo, 2012 e

---

romana até a visigoda, em uma espécie de fusão contínua, desenvolve Fernández Calo, 2018: 335-338.

*Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 221-264.*

DOI:



2014). A manutenção das antigas cidades capitais, junto do despovoamento dos aglomerados secundários – com exceção daqueles que, como alternativa promovem ao status de cidade ao converterem-se em bispados (*Tude, Iria, Auriense*), ou centros do comércio atlântico (Vigo), parece ir nesta linha<sup>13</sup>. Na verdade, assistimos uma fragmentação estrutural do poder das entidades locais durante todo período com respeito às entidades rurais de época romana; um processo; mais estendido nas áreas mais dinâmicas no período romano (as ocidentais) do que nos interiores (Díaz, 1997: 263; Fernández Calo, 2020: 551-552). Outra das importantes manifestações deste período o do abandono ou transformação generalizada das *villae*, embora exista em alguns casos ocupação até o século VI ou além disso, que faz pensar na possibilidade de produção de uma polarização social (Sánchez Pardo, 2010). Neste contexto, as fortificações galegas do século V poderiam ser uma evidência mais – junto com o aparecimento de monumentos funerários nos séculos V-VI como Goiáns, Temes, Quiroga, Bande, etc., ou a criação dos primeiros oratórios rurais, como Ouvigo – da capacidade de hierarquização social e territorial que as elites supralocais estavam adquirindo, apesar de que ainda com relação de alguma forma com o poder do estado (Sánchez Pardo, 2013: 152-154; 2014; López Quiroga, 2018: 167). Sendo igualmente muito significativo o que a partir de agora começamos a encontrar assentamentos rurais abertos, como o de As Pereiras (finais do século VII) ou os de A Pousada (com duas fases tarso-antigas), um do século VI-VII e outra do VII- VIII) (Rodríguez Resino, 2005; Sánchez Pardo, 2010; García Tejerizo, 2020).

### **3. A territorialização do Reino Suevo: a criação do *Galliciense Regnum***

Esta é a situação que nos coloca para *Gallaecia* até o término da obra de Hidácio; No entanto, quando voltamos a ter informação no século VI, comprovamos como durante os 80 anos que transcorreram desde a morte do cronista até 550, o território sofre uma evolução importante da mão do reino suevo que mediante recurso de adotar realidades anteriores gerou um tecido organizativo próprio que, muito provavelmente, foi capaz de atuar de maneira eficaz. Na verdade, autores como Gregório de Tours falam de um *Galliciense regnum* (*Hist. Franc.* VI, 43; *De virt. S. Martín* I, 11), diante do *Regnum Sueuorum* do que nos informava Hidácio. Para poder

---

<sup>13</sup> Embora a continuidade durante toda a antiguidade tardia de centros como A Cidadela (Sánchez-Pardo et al., 2020) podem ser indicativos de que este processo não é tão óbvio como vinha colocado. E neste sentido se propôs a ideia de que a transição até a Idade Média no Norte peninsular desempenhou um papel muito relevante os territórios sem cidades como reflexo da complexidade social existente (Quirós Castillo; Santos Salazar, 2014).

*Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 221-264.*

DOI:

chegar a esta identificação territorial foi imprescindível uma organização administrativa paralela ao processo de estruturação, e hierarquização e organização territorial das estruturas da igreja galega, e muito especialmente desde a conversão sueva ao catolicismo, tal e como podemos deduzir do estudo do *Parochiale Sueuum*, uma lista de treze sedes episcopais as quais acompanham uma série de *ecclesiae* e *pagi* (David, 1947; Díaz, 1993; Sánchez Pardo, 2013b: 22-24).

Este precioso documento parece ter sido escrito entre 572 e 582 por motivo de uma reunião episcopal e teria por objetivo fazer uma recopilação do estado de implantação da Igreja diocesana no âmbito do reino suevo. Do estudo deste documento pode deduzir-se uma série de características sobre a cristianização do território. A escassez de menções a respeito de algumas dioceses – especialmente as meridionais – poderia interpretar, por exemplo, como um indicio da existência de uma frágil implantação de igrejas diretamente controladas por bispos, que incluso, em áreas específicas, poderia implicar um baixo nível de cristianização. No entanto, devemos levar em conta que deveria existir um número muito grande de igrejas dependentes dos grandes proprietários, responsáveis pela cristianização e de práticas concretas nos âmbitos rurais, tal como prevê tanto a legislação romana como a visigoda. Grandes proprietários que estariam escassamente controlados pela disciplina eclesiástica, como se coloca no manifesto do II Concílio de Braga ou podemos rastrear na obra de Valerio del Bierzo ainda no final do século seguinte. Outro fator importante no processo de cristianização ocorreu por meio de fundações de caráter monástico que apresentavam peculiaridades próprias neste processo (Díaz, 1986; 1997; 2017; 2017b; 2018 y 2019).

As igrejas recolhidas no *Parochiale* estariam implantadas em entidades de caráter público, que no noroeste peninsular seriam fundamentalmente *pagi*, *uici* o *castra*. Para chegar a esta implantação pública foi necessária uma confluência de interesses de caráter político entra a monarquia sueva e a igreja galega, confluência que se produziria a partir da conversão sueva ao catolicismo depois do ano 550 (Thompson, 1980; Ferreira, 1981; Beltrán, 1989; Díaz, 2006; Díaz, 2011: 207-219; Díaz; Menéndez-Bueyes, 2015; Sánchez Pardo, 2014b; Ubric, 2015). Se trata de um feito que devemos conectar diretamente ao fortalecimento do poder visigodo, especialmente depois do processo de expansão e unificação peninsular que implicou a chegada ao poder de Leovigildo, que por sua vez, incide diretamente em acontecimentos como na *Gallaecia* do monge Martin, em seu trabalho missionário muito provavelmente propiciada pelos interesses bizantinos (Ferreiro, 1980; Ubric, 2015: 232-234; Díaz, 2011: 230-252; Díaz, 2017).

A conversão conseguia desta maneira dois objetivos, por um lado a monarquia sueva obtinha o apoio da Igreja e por outro, sobretudo, reforçava sua diferença com os visigodos. A associação monarquia sueva - Igreja católica, supunha vantagens para ambos: A ampliação das bases de poder da monarquia, assim como minimização do problema do arianismo e do priscilianismo residual. A partir deste momento são definidas as sedes episcopais que passam de 8 no concílio de Braga de 561 às 13 recolhidas na qual se celebrou onze anos depois na mesma sede, adequando sua localização ao esquema administrativo do reino. Especialmente significativo o feito de que mais da metade das igrejas recolhidas no *Parochiale* se localizam em uma área entre o Miño e o Duero (sedes de Bracara, Porto e Tude). Ou seja, a zona onde é de supor que a corte de Braga exercia um controle mais direto da administração, sendo a mais dinâmica desde o ponto de vista econômico. Neste sentido, assume especial interesse a constatação de que é precisamente aqui, junto com o prolongamento até Coimbra/ Idanha, onde se localizam a maior parte dos achados de moeda sueva, assim como uma parte importante de suas casas da moeda (Barral i Altet, 1976: 53 y 144-147)<sup>14</sup>. Este processo de territorialização se intensifica quando comprovamos que são nestas três dioceses onde se faz menção a existência da *pagi*, que podemos identificar com *distritos* que deveriam ser utilizados como parte de uma estrutura administrativa sueva e que seriam conservados durante algum tempo depois da conquista visigoda. Neste aspecto onde se evidencia mais claramente a existência simultaneamente de uma organização civil e eclesiástica. De fato, quanto mais nos afastamos de área do centro, quando atendemos as zonas onde a articulação político administrativa se exercitou em menor medida, desaparecem as menções à *pagi*.

Não é por a caso que sejam nestas três dioceses onde se especifique que ali listado são igrejas, para acrescentar uma série de topônimos debaixo da indicação do *item pagi*. O termo parece fazer referência a territórios ou regiões, em caso algum se incluem aqui um étnico, distritos cuja origem é incerta, mas puderam ser utilizados como parte de uma máquina administrativa sueva, pois, como veremos, alguns são lembrados como casas da moeda visigodas. É especialmente nestas referências de *Pagi* onde a interpretação de *Parochiale* como documento de administração e simultaneamente eclesiástica e civil parece mais evidente; não está claro em sua redação que a cada *pagus* se corresponde a uma igreja, e cabe a responsabilidade que nesses distritos houvesse mais de uma. A Igreja se limitava aqui a respeitar entidades civis preexistentes. A assimilação entre

---

<sup>14</sup> Em geral, sobre a territorialização da Hispânia tardo-antiga e visigoda Le Roux, 2019 e Díaz, 2019.

*Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 221-264.*

DOI:

este *Pagi* e entidades administrativas poderia confirmar que não apareçam no resto do reino, especialmente nas áreas marginais em relação ao centro político, menos estruturadas e onde a administração, política e religiosa se concentraria nas entidades maiores, exercitando um controle muito menor sobre seus territórios, que em alguns casos seriam praticamente independentes.

A continuidade do comércio de Vigo, depois do desaparecimento do mesmo na segunda metade do séc. VI de outras cidades atlânticas e cantábricas, poderia estar falando da existência na *Gallaecia*, nessa época, de uma organização e centralização comercial que é, em boa parte, consequência dessa estruturação interna desenvolvida que permitiria oferecer a Bizâncio os mesmos produtos que as Ilhas Britânicas, e mais próximos (Sánchez Pardo, 2014: 986-987). Uma relação comercial que também integraria a uma boa parte da Lusitânia (Martín-Esquivel; Blázquez-Cerrato, 2018). Consequentemente, se trata de uma atividade econômica na qual, por um lado, se encontrariam comerciantes de origem oriental – bem documentados na Hispânia tardo-antiga – enquanto que pelo âmbito local nos encontraríamos com elites galaicas que encarregariam de dirigir tanto a produção quanto a distribuição das mercadorias que vinham do noroeste peninsular (De Hoz, 2008; Fernández, 2014; Fernández Fernández et al., 2019; Sánchez Pardo, 2020).

Contudo, esses produtos procedentes do noroeste peninsular, resultavam tão essenciais para o mundo bizantino para justificar o comércio a uma distância tão grande e com tanta durabilidade? O que haviam nestas regiões que foi de tanto interesse estratégico? As respostas destas perguntas foram abordadas no contexto da conquista visigoda do território do antigo solo suevo.

#### **4. A Gallaecia Visigoda: continuidade ou ruptura?**

Um aspecto que, desde há muito tempo tem ficado em evidência, é o elevado número de “*cecas*” - casas da moeda - visigodas dentro dos territórios que pertenciam ao reino suevo (39 sobre um total de 79). As causas desta concentração tiveram diversas tentativas de explicação de forma pouco satisfatória no contexto do noroeste peninsular (Díaz, 2004; Pliego Vázquez, 2012). Assim, uma das mais recorrentes é a explicação que considerava que estas *cecas* eram o resultado da atividade bélica da conquista, mas isso nos coloca diante de uma contradição, pois as fontes escritas, essencialmente a crônica de Juan de Biclario, deixa claro que a conquista do reino suevo foi um ato que praticamente ocorreu sem

*Heródoto*, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 221-264.

DOI:

violência, na qual apenas se fez evidente uma resistência episódica, enquanto que as acusações se prolongaram durante mais de cinquenta anos (Díaz, 1997).

No entanto, se entendemos estas “*cecas*”, não como uma consequência da conquista visigoda, senão como uma herança de caráter institucional que está concretizando a organização do antigo reino suevo, isto faz todo sentido. Devemos levar em conta que a conquista de *Gallaecia* por parte dos visigodos se realizou de forma pouco traumática para a província, sendo integrada com suas estruturas organizativas até que, em meados do século VII, com Chindasvinto e Recesvinto, se aborde uma reforma administrativa profunda (Thompson, 1969: 241-248; Osaba, 2013: 172-184), na qual convergirá ao desaparecimento das *cecas* não situadas em núcleos principais, substituindo assim os antigos centros com *cecas* que, muito provavelmente desempenharam as mesmas funções desde o ponto de vista fiscal e da administração de justiça (Díaz, 2004; Díaz, 2006: 210-212). Assim a série monetária *Latina munita* viria a apoiar a noção de continuidade durante o século VI das estruturas municipais em algumas comunidades da *Gallaecia* sueva, especialmente na fronteira com Astúria, mas também na zona centro-ocidental (Fernández Calo, 2019: 58-64).

Desta maneira nos encontramos com a evidência da existência de uma organização administrativa da época sueva, continuada em parte pelo período visigodo, e em relação com a própria organização eclesiástica, que converteria em um modelo de organização do campo, como o esquema paroquial fará a partir do século X, senão que assume o modelo preexistente<sup>15</sup>.

Ou seja, não se tratava de uma rede programada e estruturada de templos que organizavam a vida religiosa, indiretamente a social e moral, das comunidades aldeãs de onde se erguiam. Um sistema que era ao mesmo tempo um modelo de convivência e que constrói estruturas homogêneas, daí a confusa terminologia do texto do *Parochiale*, a sobreposição de categorias diversas que se corresponde com um mundo de articulações que a Igreja e a administração real estão tentando submeter aos seus próprios critérios de controle (Díaz, 2011: 191-206).

Portanto, nos momentos prévios à conquista visigoda do reino suevo, este possuía fronteiras bem definidas, estabelecidas entorno aos três *conventus*

---

<sup>15</sup> Esta organização, certamente complexa, poderia juntar-se com outra menos desenvolvida naquelas zonas mais marginais do território; assim poderiam se entender os étnicos, especialmente se os interpretamos dentro do âmbito das *comunidades de valle* ou *tierra* que alguns medievalistas identificam a partir do séc. X em certas áreas do norte hispano (Díez Herrera, 1990).

**Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 221-264.**

**DOI:**

que haviam composto originalmente a *Gallaecia*, ao que teriam que somar o do *Scallabis*, o mais setentrional da *Lusitania*. Como vimos, as fontes mostram que, depois da conquista, a organização territorial sueva será mantida até o século VII<sup>16</sup>. Não será até as reformas administrativas de Chindasvinto e Recesvinto quando se recuperam os limites da época da conquista romana, aqueles que haviam chegado a identificar uma *Gallaecia* por cima das particularidades locais, incluindo uma proximidade com seus vizinhos astures. Limites que provavelmente se baseavam em algumas semelhanças culturais anteriores à conquista e que seriam ignoradas na reforma administrativa de Diocleciano, quem incorporou os territórios de Clunia provavelmente por razões de estratégia e equilíbrio territorial. É possível que o período de domínio suevo, longe de alterar esse esquema de fortalecimento, adota uma estrutura unitária autônoma o que até então eram categorias externas ao serviço de Roma. É significativo neste sentido o uso que Hidácio faz do termo *conventus*, interpretado tradicionalmente como uma continuidade de estruturas antigas, quando provavelmente seja um uso para explicar comportamentos pontuais dos anos centrais do século V, e que desaparecem absolutamente nos textos do século VI (Días, 1997)<sup>17</sup>. A partir da conquista de Leovigildo em 585, sua condição de província visigoda deveu implicar uma administração específica, com base nas figuras dos governadores provinciais e nos *comitês* das cidades, assim como nos *duces provinciae* (García Moreno, 1974: 12-21; cfr. con Martín, 2003: 165-175 y Poveda Arias, 2019). A existência de *dux* na região se deduziu a partir de várias notícias oferecidas pela vida de San Fructuoso (*Vita Fruct.* 1;3; 17), que, ao que parece deve ter sua base na cidade de Lugo<sup>18</sup>. A eleição de *Lucus* se deu por uma conjunção de fatores, entre os quais teriam peso específico uma espécie de compensação pela perda da sede metropolitana na época visigoda e seu passado romano – que manteria infraestruturas políticas e materiais, como sua muralha – mas não tanto com a monarquia sueva (Barroso Cabrera et al., 2015: 77-78 y 80).

---

<sup>16</sup> De fato, o papa Gregório Magano, em sua carta a Recaredo (E. IX, 229), se dirige a ele como *regi Gothorum atque Sueuorum*, o que evidencia ainda a consciência de sua entidade.

<sup>17</sup> Se bem que alguns autores creem que esta estrutura poder continuar durante o período visigodo, como uma confluência cultural romano-germânica que levaria ao passar dos anos à conformação do *concilium* alto medieval galego (Fernández Calo, 2019: 64-69).

<sup>18</sup> Entre o VIII Concílio de Toledo (a. 653), haviam criado outros dois ducados a partir da antiga província de *Gallaecia*: O de *Asturia*, cuja capital se estabeleceu em Astorga, e o de *Cantabria*, com sede em Amaya. Esta divisão explica desde de a busca de uma diminuição do âmbito jurisdicional do *dux* lucense e, por sua vez, de da limitação do poder militar dos duques (García Moreno, 1974; Cabrera Barroso et al., 2015: 79). Até o final do mundo visigodo, esta capacidade do Lugo talvez se perdeu em favor de *Tude* (Díaz, 2000: 419). ***Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 221-264.***

DOI:

As fontes nos permitem ver uma integração não traumática que deu continuidade em vários aspectos da etapa anterior. O que houve com os suevos? As fontes nos oferecem dados a respeito, mas muito provavelmente sua aristocracia realizou um processo de assimilação a respeito dos interesses das elites visigodas e hispano romanas. Dar-se a sensação que o processo de conquista de Leovigildo implicou um acordo com parte da aristocracia sueva. A relação que o rei visigodo estabelece com o suevo Miro, depois da presença ambígua deste, no cerco de Sevilla contra Hermenegildo, parece implicar uma submissão, quase a aceitação de um protetorado, até o ponto que quando Leovigildo depõe Audeca, parece fazer isso para vingar a deposição do filho de Miro, Eborico, que reinava sob sua tutela direta e proteção (García Moreno, 2008: 168-173).

Certamente se tratou de um longo processo, no qual os suevos haviam conseguido definir, o cenário político e eclesiástico, um território anteriormente muito segmentado, perdurando essa definição depois da conquista visigoda. Esta peculiar personalidade do território será lembrada ainda em 589 por Juan Biclario, em relação com o concílio III de Toledo, ao notar que *Sancta synodus episcoporum totius Hispaniae Galliae, et Gallaeciae in urbe Toletana...* (*Chron. a. 590, 1*), assim como parte do âmbito jurídico, posto que a lei militar de Wamba realiza a seguinte menção quando se refere àqueles que não se mobilizam diante a uma ameaça ao reino: *...quilibet infra fines Spanie, Gallie, Gallecie vel in cunctiis provinciis...* (LV IX, 2, 8.). Divisão tripartida do reino que igualmente buscaria a legislação eclesiástica no Concílio III de Toledo e também no Concílio XIII de Toledo em 683 (Díaz, 2006: 214). O que ocorreu depois é difícil precisar, seria necessário rastrear a informação do reino de Asturias ou da corte de Leon, para então os elementos de ruptura e continuidade submetidos ao prolongado entrave da falta de testemunho, à construção dos mitos entorno do despovoamento causado pela invasão muçulmana e os contextos políticos e sociais que, indubitavelmente, evoluíram durante esse longo período (Martín Viso, 2016b). E se pudermos aceitar que em relação às estruturas de povoamento e os esquemas sociais a nível local e concreto pode ocorrer um processo de continuidade (Portela; Pallares, 1997), é muito mais difícil valorizar se de alguma maneira o sentimento de identidade coletiva funda suas raízes no período suevo-godo. A notícia procedente das crônicas asturianas as quais Vitiza havia recebido de seu pai o reino dos suevos enquanto ele preservava o dos godos (Adef. Tert. Chron. 4), apenas serve mais que para pontuar que no final do reino visigodo, ou na época em que o texto foi escrito, no século IX, ainda existia uma consciência de identificação entre *Gallaecia* e o reino suevo, mas é um indício tão sutil que não nos permite extrapolar conclusões sobre a possível

existência de uma consciência própria de continuidade entre as realidades medievais e o passado reino suevo (Díaz, 1997).

Diante destas evidências, não parece muito provável que a rebelião do *dux Argimundus* durante o reinado de Recaredo está relacionada com um contexto de rebelião da *Gallaecia* para tentar restaurar o antigo reino suevo, posto que os argumentos expostos para apontar esta suposição são escassamente provatórios. Esta perspectiva vincula-se, por sua vez, à ideia de uma forte militarização da região por parte dos visigodos depois de sua ocupação, a consequência do que acreditam que foi uma conquista mais problemática do que as fontes evidenciam por si mesmas. Fruto dessa militarização surgiria uma poderosa aristocracia suevo-gótica que chegaria incluso a ter tanta influência no futuro como para se fazer com o poder na própria capital do reino, Toledo, ao criar uma importante facção dentro da nobreza ao final do reino<sup>19</sup>.

E é nesse contexto de continuísmo no administrativo, de vitalidade das elites galaicas, onde cobra especial predominância outro aspecto continuísta como é o do comércio de Vigo que supera a crise atlântica do século VI. É hora de responder à pergunta que nos fazíamos sobre a principal motivação bizantina para o mantimento destas relações e, ao mesmo tempo, das possíveis vinculações com essa notável presença de *cecas* – casas da moeda – visigodas no Noroeste.

Apesar das evidências arqueológicas nas grandes explorações auríferas do noroeste da época romana apontam ao cessar das explorações a partir do século III d.C., existem outros indícios que poderiam pontuar esta declaração e que poderiam atestar a existência de mineração, sempre em menor escala, durante o século IV (Domergue, 2008: 214-215; Díaz; Menéndez-Bueyes, 2005). Assim, ao menos em algumas zonas Astúrias, os estudos paleontológicos de contaminação, parecem indicar que os trabalhos relacionados com a metalurgia se seguiram realizados com certa intensidade até meados do século V d.C., ainda que a partir deste momento não deixam evidência contaminadora (López-Merino et al., 2014: 215-216).

Por outro lado, o desenvolvimento da sociedade sueva e visigoda, implica em um comércio tão complexo como o descrito, requeria importantes quantidades de metais, tanto preciosos como de outro tipo, tais como

---

<sup>19</sup> Seguindo esta argumentação, os autores desta proposta consideram que a notícia oferecia pela *Crónica de Afonso III*, anteriormente mencionada, deve ser interpretada com um certo sentimento de singularidade na *Gallaecia* goda que havia se mantido vivo até a entrada da Idade Média (Barroso Cabrera et al., 2015: 115-116). Uma aristocracia galaica que mostra sua continuidade e importância na oposição à integração ao reino de astur (Isla Frez, 2019: 111-117).

**Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 221-264.**

DOI:



estanho e o ouro, ambos presentes no noroeste peninsular. Metais suscetíveis de serem extraídos mediante uma mineração de pequena escala, que deixaria rastros pouco perceptíveis por sua escassa natureza (Edmonson, 1989: 98). As provas de sua existência são de natureza indireta (indícios arqueológicos), tais como a abundância de achados de tesouros baixo-romanos, as *cecas* suevas e visigodas no Noroeste, a existência de certas reocupações dos castros próximos às antigas áreas mineiras ao longo do século V, ou a importante ourivesaria visigoda. Mas também de caráter mais direto, como a legislação mineira do Código de Alarico e, sobretudo, os indicadores de paleopopulação (Sánchez Pardo, 2014: 989). Estes últimos evidenciam a existência de uma importante contaminação por chumbo na atmosfera no noroeste peninsular entre os séculos VI e VII, que seria consequência de atividade de natureza mineiro-metalúrgica, sempre com menor intensidade que no período alto imperial romano. Uma menor intensidade destas atividades que havia iniciado nos séculos IV-V, tal e como alguns indicadores da zona asturiana corroboram (López-Merino et al., 2014: 215-216; López-Costas et al., 2020). O que, como destaca Sánchez Pardo, coincide claramente com o apogeu do comércio de Vigo, sendo que estes níveis de contaminação desceram bruscamente a partir da segunda metade do século VII. Desta maneira, confirmaria um papel externo e de caráter comercial na ativação destes trabalhos mineiro-metalúrgico (Sánchez Pardo, 2014: 991). Os níveis de contaminação detectados, similares aos gerados por explorações romanas durante seu suposto momento final no século III, apontam até trabalhos que superariam o meramente marginal ou residual.

A existência de numerosas coincidências geográficas entre estruturas eclesiásticas tardo-antigas e áreas mineiras não remeteria à existência de centros de atividades econômicas em seu entorno durante os séculos VI e VII, como um reflexo de seu dinamismo, e de nível econômico de seus dirigentes, tratando-se, em alguns casos, de centros religiosos vinculados a pequenos complexos aristocráticos (proprietários individuais ou grandes proprietários episcopais) que se encarregariam – substituindo a produção de comércio tardo romano – de abastecer as novas demandas do comércio mediterrâneo consistente em produtos significativamente atlânticos, como o ouro, o estanho, a madeira ou as peles, em função das características de cada propriedade e canalizando-os até os porto de Vigo (Fernández, 2014; Sánchez Pardo, 2014: 999-1002, Sánchez Pardo, 2020: 94-107). Poderíamos encontrar assim a explicação ao abandono das áreas produtivas das antigas vilas romanas que, na realidade, não sofreriam o abandono senão a transformação e adaptação às novas necessidades produtivas de suas instalações a serviço de um poder econômico que se mantém no seu entorno, tal e como evidencia a construção de igrejas. Por

*Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 221-264.*

DOI:

sua vez, essas rotas comerciais terrestres, necessitariam delimitar pontos estratégicos de controle, o que poderia explicar parte das reocupações dos castros (Sánchez Pardo, 2013: 149-154).

Se trataria de um sistema complexo, no qual participavam tanto elites locais como hierarquias eclesiásticas (jazidas privadas), mas no que também participaria de alguma forma a própria monarquia – tanto a sueva como a visigoda – através de explorações que receberia em seu momento de fiscalização imperial, e que poderia apresentar a forma de uma delegação de seus rendimentos nessas elites locais – os grandes proprietários e os bispos, únicos capazes de reunir os meios requeridos para a manutenção destas infra estruturas e de chegar a se resolver com a monarquia – mediante um pacto fiscal que, em algumas ocasiões, poderia substanciar-se na cunhagem de moedas (Edmonson, 1989: 98-99; Sánchez Pardo, 2014: 1003-1004 y 1009-1010; Castellanos; Martín Viso, 2005: 10 y 16). A coincidência cronológica destas atividades com a conformação de uma complexa realidade administrativa durante o reinado suevo anteriormente exposta, seria, na opinião de Sánchez Pardo, um argumento concluinte a favor de algum tipo de participação da instituição monárquica nas mesmas<sup>20</sup>. Nesta evolução social, política, mas também econômica, se pode vincular coerentemente com a criação de importantes vínculos de parentesco entre as nobrezas sueva e visigoda, mas também das elites locais, que levariam a consolidar ainda mais a personalidade do território e dotá-lo de um certo conteúdo político que eclodirá em plena Idade Média (Barroso Cabrera et al., 2015: 117). E isso, sem necessidade de recorrer à uma situação de violência e desobediência no território (Díaz, 1997). Tudo isso explicaria a importância que o ducado de *Gallaecia* e a Lusitania setentrional parecem adquirir no último terço do século VIII, havendo proposto que, em grande parte, esta importância chegaria dada pela posse desses territórios por influentes membros da nobreza que haviam se vinculado com a aristocracia da Septímana e, incluso, com a realeza visigoda, continuando estas vinculações até o fundador da monarquia asturiana Pelayo (Barroso Cabrera et al., 2015: 87-113).

Frutos destas mudanças, no político e no econômico, é outro momento transcendente na evolução das transformações habitacionais de *Gallaecia*, que se situaria entre o final do século VII e o VIII, onde as únicas cidades que se mantêm são aquelas com funções episcopais ou administrativas dentro do sistema visigodo (Rodríguez Resino, 2005). Nesta fase, os assentamentos rurais abertos sobre colinas, com necrópoles escavadas em

---

<sup>20</sup> A existência de trabalhos de mineração canalizadas através de monarquias é uma realidade constatada no Oeste da Grã-Bretanha e Irlanda (Campbell, 2007: 140-141; Sánchez Pardo, 2014: 1004).

rocha, agrupados entorno de igrejas pré-romanas, fundadas a partir de ou sobre vilas romanas, como Ouvigo, Adro Vello, Bares ou Bretoña, são o tipo de assentamento mais característico. Estas mudanças são consequências da tentativa de manter o sistema tributário por parte dos visigodos, através de um acordo com aristocracia local, embora seja uma continuidade não isenta de novidades, como a atribuição de assuntos civis por parte dos bispos e a transformação do antigo marco municipal em circunscrições menores (*pagi*), controladas por condes. Este processo culmina na definitiva desvinculação das aristocracias a respeito do Estado, do tributo como sua fonte principal de entrada para basear seu poder na terra, pré-configurando as relações feudais, colocando desta maneira um ponto final no sistema urbano, que focalizava todo o processo (Rodríguez Resino, 2005; López Quiroga, 2004: 292-294; Sánchez Pardo, 2010: 273-275 y 303). Desta maneira, e seguindo as opiniões de Ch. Wickham (2009), se explica agora a aparição de assentamentos rurais abertos, expressão material de um povoamento e um modo de produção livres da carga tributária. Neste momento quando assistimos uma reestruturação das estratégias econômicas camponesas, que já havia realizado anteriormente, ao menos em partes, no século V, sendo agora no século VII, realizada essa nova reestruturação mediante a criação de novos espaços agrários em forma de terraços, documentadas na Galicia, Asturias e na Llanada alavesa, igualmente ao que ocorre em outras zonas da Europa Norte Ocidental, onde se produz um avançado cultivo de cereais, o que implica que não nos encontramos diante de economias baseadas unicamente na pecuária (Martín Viso, 2016: 50-51). Também agora parecem aumentar as diferenças e hierarquias, como evidenciaram os sepultamentos em sarcófagos monumentais de estola e doble estola. Processos que parecem caminhar definitivamente até uma transição social que anuncia o fim do mundo tardo-antigo, caracterizado ainda por certo dinamismo político-econômico, e o nascimento do alto medieval, baseado em comunidades aldeãs e poderes locais (Sánchez Pardo, 2013b: 32), tal e como se comprova de forma generalizada por toda Europa do Antigo Império Romano ocidental (Wickham, 2009)<sup>21</sup>. Em relação direta com estes processos se produz o fenômeno, bastante generalizado por toda Europa Ocidental, da criação de pequenas comunidades, monásticas que em *Gallaecia* começam a generalizar-se desde meados do século VII, como um mecanismo de

---

<sup>21</sup> Uma tendência à fragmentação sócio-política, mas sem que implique necessariamente empobrecimento e enfraquecimento, simplesmente nos moveremos a partir destes momentos em níveis de escalas locais, que propiciarão o acesso de futuras elites de proprietários no início do século IX e a aparição, durante o século VIII, de uma nova estrutura sobre local que, agora, ocorre em um contexto geográfico e sócio-político diferente como é o Reino de Asturias (Sánchez Pardo, 2013b: 33; Castellanos; Martín Viso, 2005: 13; Díaz; Menéndez Bueyes, 2016).

**Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 221-264.**

**DOI:**

preservação, de defesa, em uma sociedade violenta por parte de pequenos grupos familiares, como ocorre na *Regula Communis*, ou de outras realidades menos tangíveis, como a representada pela *Regla consensoria* (Díaz, 2018: 53-55). Realidades monásticas que, além disso, poderiam relacionar-se também com o poder patrimonial das aristocracias emergentes do século IX, o que explicaria o interesse que nestes centros locais mostrou a monarquia expansionista asturiana, legitimando-os frequentemente com restaurações e tomando-os como base na integração dos espaços ocupados por esta entidade política (Sánchez Pardo, 2013b: 40).

## 5. Conclusão

O território da *Gallaecia* tardo-antiga se configura como um espaço rico e heterogêneo que, longe de apresentar-se como um âmbito marginal e isolado ao longo destes séculos, se apresenta como uma espécie de laboratório do que significa o termo “antiguidade tardia” conferindo-lhe pleno sentido. De fato, na *Gallaecia* se mesclam os elementos romanos, suevos e visigodos, gerando processos originais junto com significativas perdurações que nos levam à criação de um espaço de importantes transformações mais que de rupturas bruscas, rupturas que não se consumarão até a invasão muçulmana de 711, por pouca incidência que nestas terras tiveram sua chegada (Martín Viso, 2016b), por mais que a cada dia sejam mais evidentes as amostras da presença muçulmana em todo o Norte. (Gutiérrez González, 2019).

Alguns dos aspectos mais significativos destes processos são as peculiares e complexas organizações do reino suevo que herdaria em boa medida a *Gallaecia* visigoda depois de sua incorporação ao reino de Toledo (Díaz, 2006; Díaz, 2011; Díaz; Menéndez-Bueyes, 2015). Mas também a caracterização de umas elites transformadas ainda que provenientes do mundo romano; diante de algumas argumentações que apostam no desaparecimentos das elites no final do mundo romano, o podemos ver, com certa clareza o noroeste hispano, é uma evolução das mesmas, evolução que se materializa de forma especialmente visível na maneira de entender suas formas de representação de poder e de seu conceito de organização do poder diferente ao da época romana (Chavarría Arnau, 2007: 158-159; Lewit, 2005)<sup>22</sup>, com um crescente peso da Igreja católica.

---

<sup>22</sup> Adaptação de umas aristocracias que, desde o século VII, mas sem ruptura com os momentos anteriores, vinham fazendo em conjunto com a Península Ibérica como em *Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 221-264.*

DOI:

Poderes locais e hierarquias eclesiásticas, mas também com um importante papel da monarquia, primeiro sueva e depois visigoda, tal e como se pode comprovar nas referências de Valerio del Bierzo aos personagens locais relacionados com os monarcas toledanos e as altas vinculações aristocráticas de Fructuoso (Martín Viso, 2016b: 341).

Elites necessárias para a conformação, e manutenção e capacidade adaptativa de um comércio de longa duração com o mundo bizantino. Um heterogêneo grupo social cuja capacidade econômica vem conformada tanto pelas importações de materiais exóticos provenientes do âmbito mediterrâneo, a criação de estruturas eclesiásticas ou as estolas (Sánchez Pardo, 2014: 1003). Sua presença se contrasta, pelo contrário, com a existência de uma população humilde, com uma precária qualidade de vida que se dedicava a trabalhos agrários na pecuária extensiva caracterizando uma forma de vida muito afastada da das elites (López-Costas; Müldner, 2016).

Definitivamente, um território muito vital, que soube se adaptar às mudanças de cada momento. Uma adaptabilidade que supôs um menor impacto das transformações que provocou o colapso do século VIII, embora ainda perdurem inúmeras dúvidas para resolver neste complexo problema da transição (Sánchez Pardo, 2013; Martín Viso, 2016b: 346; Suárez Otero, 2012).

## Referências bibliográficas

### 1-) Fontes antigas

Adef. Tert. Chron. Adefonsi Tertii Chronica, ed. Gil, Juan, Moralejo, José L. y Ruíz de la Peña, Juan I., *Cronicas asturianas*. Oviedo: Universidad de Oviedo, 1985, p. 113-149.

Chron. alb. Chronica albendensia, ed. Gil, Juan, Moralejo, José L. y Ruíz de la Peña, Juan I., *Cronicas asturianas*. Oviedo: Universidad de Oviedo, 1985, p. 151-188.

Chron. Caes. Maximus episcopus Caesaraugustanus, Consularia Caesaraugustana, ed. Cardelle de Hartmann, Carmen, *Victoris Tunnunensis Chronicon cum reliquiis ex Consularibus Caesaraugustanis*

---

outros lugares da Europa. Assim, no caso hispano, o vínculo com o passado romano para as aristocracias do Valle do Ebro e de *Emerita* durante o séc. VI é notável (Diarte-Blasco, 2018: 156).

*Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 221-264.*

DOI:

et Iohannis Biclarensis Chronicon, Corpus Christianorum, Serie Latina CLXXIII A. Turnhout: Brepols, 2001, p. 1-55.

Conc. II Brac. Concilium II Bracarense secundum, a. 572, ed. Barlow, C.W., Martini episcopi Bracarenensis. Opera omnia. New Haven: Yale University Press, 1950, p. 116-123.

Conc. III Tolet. Concilium Toletanum III, a. 589, ed. Martínez Díez, G.; Rodríguez, F. La colección canónica Hispana. V. Concilios hispanos: segunda parte. Madrid: CSIC, 1992, p. 49-159.

Conc. VIII Tolet. Concilium Toletanum VIII, a. 653, ed. Martínez Díez, G.; Rodríguez, F. La colección canónica Hispana. V. Concilios hispanos: segunda parte. Madrid: CSIC, 1992, p. 365-485.

Conc. XIII Tolet. Concilium Toletanum XIII, a. 683, ed. Martínez Díez, G.; Rodríguez, F. La colección canónica Hispana. VI. Concilios hispanos: tercera parte. Madrid: CSIC, 2002, p. 217-274.

GREG MAG., Ep. IX, 229. Gregorius I Papa, Registrum epistularum, ed. Norbert, D. Corpus Christianorum. Series Latina 140-140A. Turnhout: Brepols, 1982, p. 805-811.

GREG. TUR., Hist. Gregorius Turonensis, Historia Francorum (Historiarum libri X), ed. Krusch, B.; Levison, H. Monumenta Germaniae Historica, SS rer. Merov. 1, 1 [1885]. Hannover: Hahn, 1937.

GREG. TUR., Virt. s. Mart. De virtutibus sancti Martini episcopi, ed. Krusch, B. Monumenta Germaniae Historica, SS rer. Merov. 1, 2. Hannover: Hahn, 1885, p. 584-661.

HYDAT. Hydatius episcopus Aquae Flaviae. Continuatio Chronicorum Hieronymianorum ad. a 468, ed. Burgess, Richard W. The Chronicle of Hydatius and the Consularia Constantinopolitana Two. Contemporary Accounts of the Final Years of the Roman Empire. Oxford: Oxford University Press, 1993, p. 70-123; Kötter, Jan-Markus y Scardino, Carlo, Chronik des Hydatius: Fortführung der spanischen Epitome. Paderborn: Schoeningh Ferdinand GmbH, 2019.

ISID., Hist. Isidorus Hispalensis, De origine Gothorum, Historia Wandalorum, Historia Sueborum, ed. Rodríguez Alonso, C. Las historias de los godos, vándalos y suevos de Isidoro de Sevilla. Estudio, edición, crítica y traducción. León: Centro de Estudios e Investigación San Isidoro, 1975.

***Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 221-264.***

**DOI:**

IOH. BICL., Iohannes Biclarensis Abbas, Chronicon, ed. Cardelle de Hartmann, C. Victoris Tunnunensis Chronicon cum reliquiis ex Consularibus Caesaraugustanis et Iohannis Biclarensis Chronicon. Corpus Christianorum Series Latina CLXXIII A, Turnhout: Brepols, 2001, p. 57-83.

IORD. Get. Getica. Iordanes, Getica. Edizione, traduzione e commento a cura di A. Grillone. Paris: Les Belles Lettres, 2017.

LV. Leges Visigothorum, ed. Zeumer, K. Monumenta Germaniae Historica, Leges I [1894]. Hannover: Hahn, 1902.

NDOcc. Notitia Dignitatum, ed. Neira Faleiro, C. La Notitia Dignitatum. Nueva edición crítica y comentario histórico. Madrid: CSIC, 2005.

OROS. Orosius, Historiarum adversum paganos libri VII, ed. Arnaud-Lindet, Orose. Histoires (Contre les Paiens). 3 Vols. Paris: Les Belles Lettres, 1990-1991.

Par. Suv. Parochiale Suevum [seu Divisio Theodemiri, seu Concilium Lucense anno 569], ed. David, Pierre. Études historiques sur la Galice et le Portugal du Vie a XIIe siècles. Lisboa-Paris: Livraria Portugália Editora, 1947, p. 30-44.

TAC. Ger., La Germanie. Texte établi et traduit par J. Perret. Paris: Les Belles Lettres, 1983.

THEMISTIUS. Orationes. Themistii Orationes quae supersunt, ed. SCHENKL, H.; DOWNEY, G. Bibliotheca scriptorum Graecorum et Romanorum Teubneriana. 3 vols. Leipzig: Teubner, 1965-1974.

VELÁZQUEZ SORIANO, Isabel. Las pizarras visigodas. (Entre el latín y su disgregación. La lengua hablada en Hispania, siglos VI-VIII). Salamanca: Instituto Castellano-Leonés de la Lengua, 2004.

Vit. Fruct. Vita Fructuosi, ed. Díaz y Díaz, Manuel Cecilio. La vida de San Fructuoso de Braga: Estudio y edición crítica. Braga, 1974.

## 2-) Publicações Bibliográficas

ALMAGRO-GORBEA, Martín. Guerra y sociedad en los pueblos celtas del Norte de Hispania. In: CAMINO MAYOR, J.; PERALTA LABRADOR, E.; TORRES MARTÍNEZ, J.F. (Coords.). Las Guerras Astur-Cántabras. Gijón: KRK, 2015, p. 45-67.

ARCE, Javier. Bárbaros y romanos en Hispania (400-507 A.D.). Madrid: Marcial Pons, 2005.

*Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 221-264.*

DOI:

ARIAS VILAS, Felipe. Apuntes sobre a ocupación do territorio na Galicia Baixorromana: castros e vilas. In: Galicia: Da romanidade á xermanización. Problemas históricos e culturais, Santiago de Compostela: Museo do Pobo Galego, 1993, p. 201-208.

ARIAS VILAS, Felipe. Poblamiento rural: La fase tardía de la Cultura Castreña. In: FERNÁNDEZ OCHOA, C. (Coord.). Los Finisterres Atlánticos en la Antigüedad. Madrid: Electa, 1996, p. 181-188.

ARIZAGA CASTRO, Álvaro; AYÁN VILA, Xurso M. Etnoarqueología del paisaje castreño: La segunda vida de los castros. In: GONZÁLEZ GARCÍA, F.J. (Ed). Los Pueblos de la Galicia Céltica. Madrid: Akal, 2007, p. 445-531.

BALLESTEROS-ARIAS, Paula; BLANCO-ROTEA, Rebeca. Aldeas y espacios agrarios altomedievales en Galicia. In: QUIRÓS CASTILLO, J.A. (ed.). The Archaeology of Early Medieval Villages in Europe, Documentos de Arqueología e Historia. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2009, p. 115-135.

BARRAL I ALTET, Xavier. La circulation des monnaies suèves et visigothiques: Contribution à l'histoire économique du royaume visigot. München, 1976.

BARROSO CABRERA, Rafael; MORÍN DE PABLOS, Jorge; SÁNCHEZ RAMOS, Isabel M<sup>a</sup>. Gallaecia Gothica: De la conspiración de Dux Argimundus (589/590 d.C.) a la integración en el Reino visigodo de Toledo. Madrid: EUDEMA, 2015.

BELTRÁN-TORREIRA, Federico Mario. La conversión de los suevos y el III Concilio de Toledo. *Mayurqa*, 22, 1989, p. 69-83.

BERNÁRDEZ VILAR, Xoán. El inicio de nuestra Edad Media. La Gallaecia que se emancipó de Roma. Noia: Toxosoutos, 2004.

CAMPBELL, Ewan. Continental and Mediterranean imports to Atlantic Britain and Ireland, AD 400-800. York: Council for British Archaeology, 2007.

CASTELLANOS, Santiago; MARTÍN VISO, Iñaki. The local articulation of central power in the north of the Iberian Peninsula, 500-1000. *Early Medieval Europe*, 13, 2005, p. 1-42.

CEPAS, Adela. The Ending of the Roman City: The Case of Clunia in the Northern Plateau of Spain. In: DAVIES, W.; HALSALL, G; REYNOLDS, A.

*Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 221-264.*

DOI:



(Ed.). *People and Space in the Middle Ages*. Turnhout: Brepolls, 2006, p. 187-207.

CHAVARRÍA ARNAU, Alexandra. *El final de las villae en Hispania (siglos IV-VII D.C.)*. Turnhout: Brepolls, 2007.

DE HOZ, Mari Paz. Las inscripciones griegas del castro de Viladonga en el contexto del corpus epigráfico de la península ibérica. *Boletín da Asociación de Amigos do Museo do Castro de Viladonga*, 18, 2008, p. 20-27.

DIARTE-BLASCO, Pilar. *Late Antique and Early Medieval Hispania. Landscapes Whithout Strategy?*. Oxford-Philadelphia: Oxbow, 2018.

DÍAZ, Pablo C. Iglesia propia y gran propiedad en la autobiografía de Valerio del Bierzo. In: *Actas del I Congreso Internacional Astorga Romana*. Astorga: Ayuntamiento de Astorga, 1986, p. 297-303.

DÍAZ, Pablo C. Estructuras de gobierno local en la Antigüedad Tardía. Un estudio regional: el NO. de la Península Ibérica en el siglo V. *Studia Zamorensia Histórica*, 1987, p. 233-250.

DÍAZ, Pablo C. El alcance de la ocupación sueva de Gallaecia y el problema de la germanización. In: *Galicia: Da romanidade á xermanización. Problemas históricos e culturais*. Santiago de Compostela: Museo do Pobo Galego, 1993, p. 209-226.

DÍAZ, Pablo C. La ocupación germánica del valle del Duero: un ensayo interpretativo. *Hispania Antiqua*, XVIII, 1994, p. 457-476.

DÍAZ, Pablo C. Gallaecia: De Reino Suevo a Provincia Visigoda. In: PEREIRA MENAUT, G. (Coord.). *Galicia fai dous mil anos. O feito diferencial galego. I. Historia. Volume 1*. Santiago de Compostela: Museo do Pobo Galego, 1997, p. 253-278.

DÍAZ, Pablo C. El Parrochiale Suevum: Organización eclesiástica, poder político y poblamiento en la Gallaecia Tardoantigua. In: ALVAR, J. (Ed.). *Homenaje a José M<sup>a</sup>. Blázquez, Vol. VI*. Madrid: Sociedad de Estudios Clásicos, 1998, p. 35-47.

DÍAZ, Pablo C. El reino suevo de Hispania y su sede en Bracara. In: RIPOLL, G.; GURT, J.M. (Eds.). *Sedes Regiae (ann. 400-800)*. Barcelona: Reial Acadèmia de Bones Lletres, 2000, p. 404-423.

*Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 221-264.*

DOI:

DÍAZ, Pablo C. Acuñación monetaria y organización administrativa en la Gallaecia Tardoantigua. *Zephyrus*, LVII, 2004, p. 367-375.

DÍAZ, Pablo C. Extremis Mundi Partibus. Gallaecia Tardoantigua: Periferia geográfica e integración política. In: Espinosa, U.; Castellanos, S. (Eds.). *Comunidades Locales y Dinámicas de Poder en el Norte de la Península Ibérica durante la Antigüedad Tardía*. Logroño: Universidad de La Rioja, 2006, p. 201-215.

DÍAZ, Pablo C. *El Reino Suevo (411-585)*. Madrid: Akal, 2011.

DÍAZ, Pablo C. Las fundaciones monásticas en la península ibérica (siglos VI-VIII). In: *Monachesimi d'Oriente e d'Occidente nell'Alto Medioevo*, Spoleto, 31 marzo-6 aprile 2016. *Settimane di Studio della Fondazione Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo LXIV*. Spoleto: Centro Italiano di Studi Sull'Alto Medioevo, 2017, p. 463-493.

DÍAZ, Pablo C. La cristianización del Valle del Duero. Monasterios visigodos y mozárabes. *Nova et Vetera*, 83, 2017, p. 53-67.

DÍAZ, Pablo C. La familia como monasterio: los monasterios dúplices y los familiares en la Hispania de los siglos VI a IX. In: *El monasterio medieval como célula social y espacio de convivencia*. Aguilar de Campoo: Fundación Santa María la Real, 2018, p. 35-57.

DÍAZ, Pablo C. El esquema provincial en el contexto administrativo de la monarquía visigoda de Toledo. In: BRASSOUS, L.; PANZRAM, S. (coord.). *El espacio provincial en la península ibérica (Antigüedad tardía-Alta Edad Media)*. Dossier des Mélanges de la Casa de Velázquez. Nouvelle série, 49, vol. 2, 2019, p. 77-108.

DÍAZ, Pablo C.; MENÉNDEZ BUEYES, Luis R. The Cantabrian Basin in the fourth and fifth centuries: from imperial province to periphery. In: BOWES, K.; KULIKOWSKI, M. (Eds.). *Hispania in the Late Antique. Current Perspectives*. Leiden-Boston: Brill Academic Publishers, 2005, p. 265-297.

DÍAZ, Pablo C.; MENÉNDEZ BUEYES, Luis R. Gallaecia in Late Antiquity. The Suevo Kingdom and the Rise of Local Powers. In: D'EMILIO, J. (Ed.). *Culture and Society in Medieval Galicia. A Cultural Crossroads at the Edge of Europe*. Leiden-Boston: Brill Academic Publishers, 2015, p. 146-175.

DÍAZ, Pablo C.; MENÉNDEZ BUEYES, Luis R. Romanos, visigodos e indígenas: las comunidades del norte de Hispania en los inicios de la Edad Media (cuarenta años después). In: FERNÁNDEZ DE CÓRDOBA PÉREZ,

*Heródoto, Unifesp, Guarulhos*, v.6, n.2 - 2021.2. p. 221-264.

DOI:

J.A. (coord.). Estudios sobre la Edad Media en el norte de la península ibérica. Nallos: Estudios Interdisciplinares de Arqueología. Anejo 3, Oviedo, 2016, p. 159-187.

DÍEZ HERRERA, Carmen. La Formación de la Sociedad Feudal en Cantabria. La Organización del territorio en los siglos IX al XIV. Santander: Universidad de Santander, 1990.

DOMERGUE, Claude. Les Mines Antiques. La production des métaux aux époques grecque et romaine. Paris: Picard, 2008.

DOPICO CAÍNZOS, María Dolores; SANTOS YANGUAS, Juan. Augusto y el Noroeste de Hispania: la acción del emperador y las comunidades indígenas. Gerión, 35, 2017, p. 707-721.

EDMONSON, J.C. Mining in the later Roman Empire and beyond: continuity or disruption?. Journal of Roman Studies, 79, 1989, p. 84-102.

FANJUL PERAZA, Alfonso. Los astures. Un pueblo céltico del Noroeste peninsular. Ponferrada: Instituto de Estudios Bercianos, 2019.

FERNÁNDEZ CALO, Martín. Estado, poder e estructuras políticas na Gallaecia. S. II A.C.-VIII D.C. Santiago de Compostela-Pontecesures: Blukk Edições, 2018.

FERNÁNDEZ CALO, Martín. Comunidade e representación popular na Gallaecia sueva e visigoda. Cuadernos de Estudios Gallegos, 66, nº. 132, 2019, p. 45-76.

FERNÁNDEZ CALO, Martín. Xenealoxía do Poder Local Galaico na Antigüidade. Tese de Doutoramento. Departamento de Historia Antigua. Universidade de Santiago de Compostela, 2020. <http://hdl.handle.net/10347/24109>. (Última entrada 20/7/2021).

FERNÁNDEZ, Adolfo. El comercio tardoantiguo (ss. IV-VII) en el Noroeste peninsular a través del registro cerámico de la Ría de Vigo. Oxford: Archaeopress, 2014.

FERNÁNDEZ, Adolfo. Un análisis del comercio tardoantiguo en el noroeste atlántico desde los productos transportados por vía marítima. In: J.M. Tejado Sebastián (coord.). Vislumbrando la Tardoantigüedad. Una mirada desde la arqueología. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2018, p. 137-168.

*Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 221-264.*

DOI:

FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Adolfo; ABRAIRA, Roberto Bartolomé; FOLGUEIRA CASTRO, Adrián; ALCORTA IRASTORZA, Enrique. Horizontes cerámicos tardoantiguos en Punta Atalia (Cervo-Lugo). Una revisión del comercio cantábrico entre los siglos IV y VI. In: GARCÍA ÁLVAREZ-BUSTO, A.; GARCÍA DE CASTRO VALDÉS, C.; RÍOS GONZÁLEZ, S. (eds.). 1300 Aniversario del origen del Reino de Asturias. Anejos de Nailos, 5. Oviedo, 2019, p. 551-602.

FERNÁNDEZ, Damián. *Aristocrats and Statehood in Western Iberia, 300-600 C.E.* Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2017.

FERNÁNDEZ MIER, Margarita. La génesis de la aldea en las provincias de Asturias y León. In: Quirós Castillo, J.A. (ed.). *The Archaeology of Early Medieval Villages in Europe.* Documentos de Arqueología e Historia. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2009, p. 149-165.

FERNÁNDEZ MIER, Margarita; FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ, Jesús; LÓPEZ GÓMEZ, Pablo; MARTÍNEZ GALLARDO, César; RODRÍGUEZ PÉREZ, Santiago. Arqueología de las aldeas habitadas en Asturias: Los casos de Vigaña Arcéu y Villanueva de Santu Adrianu. In: GARCÍA ÁLVAREZ-BUSTO, A.; GARCÍA DE CASTRO VALDÉS, C.; RÍOS GONZÁLEZ, C. (eds.). 1300 Aniversario del origen del Reino de Asturias. Anejos de Nailos, 5. Oviedo, 2019, p. 99-119.

FERNÁNDEZ MIER, Margarita; QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio. El aprovechamiento de los espacios comunales en el noroeste de la Península Ibérica entre el período romano y el medieval. *Journal of The Section of Cultural Heritage*, 12, 2015, p. 689-717.

FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen; MORILLO CERDÁN, Ángel. De Brigantium a Oiaso. Una aproximación al estudio de los enclaves marítimos cantábricos en época romana. Madrid: Foro, 1994.

FERNÁNDEZ OCHOA, Carmen; MORILLO CERDÁN, Ángel. La Romanización Atlántica: Modelo o Modelos de Implantación Romana en el Noroeste Peninsular. *Portugalia*, 36, 2015, p. 183-197.

FERREIRO, Alberto. The Westward Journey of St. Martin of Braga. *Studia Monastica*, 22, 1980, p. 243-251.

FERREIRO, Alberto. The Missionary Labors of St. Martin of Braga in 6th. Century Galicia. *Studia Monastica*, 23, 1981, p. 1-26.

FIOROT, Juliana Bardella. A utopia monárquica sueva: a construção de um reino ideal (séculos V e VI). Tese de Doutorado. Área de Conhecimento:

*Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 221-264.*

DOI:

História e Sociedade. Faculdade de Ciências e Letras. Assis: Universidade Estadual Paulista, 2021.  
[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/213879/fiorot\\_jb\\_dr\\_assis.pdf?sequence=3](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/213879/fiorot_jb_dr_assis.pdf?sequence=3) (Última entrada 14/08/2021).

GARCÍA MORENO, Luis A. Estudios sobre la organización administrativa del Reino Visigodo de Toledo. Anuario de Historia del Derecho Español, 44, 1974, p. 5-155.

GARCÍA MORENO, Luis A. Leovigildo. Unidad y diversidad de un reinado. Madrid: Real Academia de la Historia, 2008.

GARCÍA MORENO, Luis A. España, siglo V. La Monarquía goda Balta y la Diócesis de las Españas. Madrid: Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado, 2017.

GAZZOTTI, Danilo Medeiros. Expansão e sobrevivência: as mobilidades da monarquia sueva durante o século V. Revista Diálogos Mediterrânicos, vol. 19, 2020, p. 22-41.

GIL GONZÁLEZ, Fernando. Los suevos: ¿Paganos o cristianos? Una monarquía desconocida en el Noroeste peninsular (Siglos V-VI). A Coruña: Colex, 2020.

GONZÁLEZ RUIBAL, Alfredo. Galaicos. Poder y comunidad en el Noroeste de la Península Ibérica (1200 a.C.-50 d.C.). 2 Vols. Brigantium, Vol. 18. A Coruña: Museo Arqueológico e Histórico da Coruña, 2006-2007.

GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, José Avelino. Del Castrum al Castellum. Los castros entre la Antigüedad y la Edad Media. In: BLAS CORTINA, M.A. de; VILLA VALDÉS, A. (eds.). Los Poblados Fortificados del Noroeste de la Península Ibérica: Formación y Desarrollo de la Cultura Castreña. Navia: Ayuntamiento de Navia, 2002, p. 301-316.

GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, José Avelino. Sobre la conquista islámica del Noroeste peninsular: Recientes aportaciones. In: FERNÁNDEZ IBÁÑEZ, C. (ed.). AL-KITAB Juan Zazoya Stabel-Hansen. Madrid: Asociación Española de Arqueología Medieval, 2019, p. 261-267.

HALSALL, Guy. Barbarian Migrations and the Roman West, 376-568. Cambridge University Press: Cambridge, 2007.

HAMEROW, Helena. Early Medieval Settlements. The Archaeology of Rural Communities in North-West Europe 400-900. Oxford: Oxford University Press, 2007.

***Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 221-264.***

**DOI:**

HOPKINS, Keith. La Romanización: asimilación, cambio y resistencia. In: BLÁZQUEZ, J.M.; ALVAR, A. (Eds.). La Romanización en Occidente. Madrid: Actas, 1996, p. 15-43.

ISLA FREZ, Amancio. La Crónica de Alfonso III y el reino astur. Gijón: Trea, 2019.

KULIKOWSKI, Michael. The Suevi in Gallaecia. An Introduction. In: D'EMILIO, J. (Ed.). Culture and Society in Medieval Galicia. A Cultural Crossroads at the Edge of Europe. Leiden-Boston: Brill Academic Publishers, 2015, p. 131-145.

LANZ, Jokin. ¿Piratas vándalos en el cantábrico? Acerca de una supuesta incursión marítima de unos wandali en la Novempopulania (primera mitad del siglo V). *Veleia*, 37, 2020, p. 197-210.

LE ROUX, Patrick. Romanos de España. Ciudades y política en las provincias (siglo II a.C.-siglo III d.C.). Barcelona: Bellaterra, 2006.

LE ROUX, Patrick. Les Hispaniae (IVe-Ve siècle): redéfinitions administratives des espaces provinciaux entre Dioclétien et l'installation des Wisigoths (508). In: BRASSOUS, L.; Panzram, S. (coord.). El espacio provincial en la península ibérica (Antigüedad tardía - Alta Edad Media). Madrid: Dossier des Mélanges de la Casa de Velázquez. Nouvelle série, 49, vol. 2. 2019, p. 19-40.

LEWIT, Tamara. Bones in the bathhouse: Re-evaluating the notion of 'squatter occupation' in 5th-7th century villas. In: BROGIOLO, G.P.; CHAVARRÍA ARNAU, A.; VALENTI, M. (Eds.). Dopo la fine delle ville: Le campagne dal VI al IX secolo. Documenti di Archeologia, 40. Mantova, Società Archeologica, 2005, p. 251-262.

LÓPEZ-COSTAS, Olalla; MÜLDNER, Gundula. Fringes of the empire: Diet and cultural change at the Roman to post-roman transition in NW Iberia. *American Journal of Physical Anthropology*, 161, vol. 1, 2016, p. 141-154.

LÓPEZ-COSTAS, Olalla; SÁNCHEZ PARDO, José Carlos. Antropología física, arqueología y desigualdad social en las necrópolis medievales de Galicia. Hacia una revisión de conjunto. In: QUIRÓS CASTILLO, J.A. (Dir.). Demografía, Paleopatologías y Desigualdad Social en el Noroeste Peninsular en Época Medieval. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2016, p. 42-61.

LÓPEZ-COSTAS, Olalla; KYLANDER, Malin; MATTIELLI, Nadine; ÁLVAREZ-FERNÁNDEZ, Noemi; PÉREZ-RODRÍGUEZ, Marta;

*Heródoto, Unifesp, Guarulhos*, v.6, n.2 - 2021.2. p. 221-264.

DOI:

MIGHALL, Tim; BINDLER, Richard; MARTÍNEZ CORTIZAS, Antonio. Human bones tell the story of atmospheric mercury and lead exposure at the edge of Roman World. *Science of the Total Environment*, 710, 2020 (<https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2019.136319>) (Última entrada el 14/08/2021).

LÓPEZ DÍAS, Veneranda. Geoquímica orgánica y evolución ambiental de turberas de las rasas costeras asturianas. Tesis doctoral. Oviedo, Universidad de Oviedo/CESIC, 2013. [digital.csic.es/bitstream/10261/115651/.../Tesis\\_%20Veneranda%20López%20Días.pdf](https://digital.csic.es/bitstream/10261/115651/.../Tesis_%20Veneranda%20López%20Días.pdf). (Última entrada 14/08/2021).

LÓPEZ-MERINO, Lourdes; MARTÍNEZ CORTIZAS, Antonio; REHER, Guillermo S.; LÓPEZ-SÁEZ, José A.; MIGHALL, Tim M.; BRINDLER, Richard. Reconstructing the impact of human activities in a NW Iberian Roman mining landscape for the last 2500 years. *Journal of Archaeological Science*, 50, 2014, p. 208-218.

LÓPEZ PEREIRA, J. Eduardo. Gallaecia, algo más que un nombre geográfico para Hidacio. Primera Reunión Gallega de Estudios Clásico: (Santiago-Pontevedra, 2-4 julio 1979): ponencias y comunicaciones. Santiago de Compostela: Estudios Clásicos, 1981, p. 243-251.

LÓPEZ QUIROGA, Jorge. El final de la Antigüedad en la Gallaecia. La transformación de las estructuras de poblamiento entre Miño y Duero (siglos V al X). A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Mata, 2004.

LÓPEZ QUIROGA, Jorge. Hábitat, poblamiento y territorio en la Gallaecia de época sueva. In: LÓPEZ QUIROGA, J. (coord.). *In tempore sueborum. El tiempo de los suevos en la Gallaecia (411-585). El primer reino medieval de Occidente*. Ourense: Diputación Provincial de Ourense, 2018, p. 163-178.

LÓPEZ SÁNCHEZ, Fernando. The Suevic Kingdom. Why Gallaecia?. In: D'EMILIO, J. (Ed.). *Culture and Society in Medieval Galicia. A Cultural Crossroads at the Edge of Europe*. Leiden-Boston: Brill Academic Publishers, 2015, p. 176-209.

MARCONE, Arnaldo. *Tarda Antichità. Profile storico e prospettive storiografiche*. Roma: Carocci, 2020.

MARTIN, Celine. *La géographie du pouvoir dans l'Espagne visigothique*. Paris: Septentrion Presses Universitaires, 2003.

***Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 221-264.***

**DOI:**

MARTÍN-ESQUIVEL, ALBERTO Y BLÁZQUEZ-CERRATO, CRUCES, "Hallazgos monetarios en el área lusitana situada entre el Duero y el Tajo (siglos IV-VIII)", *Conimbriga*, 57 (Coímbra, 2018): 139-168.

MARTÍN VISO, Iñaki. Asentamientos y paisajes rurales en el occidente medieval. Madrid: Síntesis, 2016.

MARTÍN VISO, Iñaki. Colapso político y sociedades locales: el Noroeste de la península ibérica (siglos VIII-IX). *Reti Medievali Rivista*, 17, vol. 2, 2016b, p. 335-369.

MENÉNDEZ BUEYES, Luis R.; FANJUL PERAZA, Alfonso; ARGÜELLES ÁLVAREZ, Patricia; VEGA ALMAZÁN, Diana. ¿Castros o fortalezas? Una revisión cronológica y funcional del Castiello de Fozana (Siero, Asturias) a través de sus materiales cerámicos. *Espacio, Tiempo y Forma. Serie I, Prehistoria y Arqueología*, 12, 2019, p. 97-116.

MONTES LÓPEZ, Ramón; HEVIA GONZÁLEZ, Susana; VILLA VALDÉS, Ángel. Monte Castrelo de Pelóu: Un astiamientu prehistóricu de llarga perduración en Grandas de Salime. L'ocasu del paradigma castreño d'aniciu romanu n'Asturies. *Asturies: Memoria encesa d'un país*, 30, 2010, p. 5-27.

NOVO GÜISÁN, José Miguel. De Hidacio a Sapiro. Los castros durante la época visigoda y la primera reconquista. Lugo: Diputación Provincial de Lugo, 2000.

NÚÑEZ GARCÍA, Óscar. Un novo deus para os galaicos. A cristianización de Gallaecia. Santiago de Compostela: Lóstrego, 2012.

OSABA, Esperanza. Exordium allocutionis meae incohans. Monarchs and exordia in the Book III of the Lex Visigothorum. In: OSABA, E. (Ed.). *Derecho, Cultura y Sociedad en la Antigüedad Tardía*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2013, p. 167-188.

PALOL, Pedro. Problemas ciudad-campo en el bajo Imperio en relación a la ciudad de Lugo. In: *Actas del Coloquio Internacional sobre el Bimilenario de Lugo*. Lugo: Patronato del Bimilenario de Lugo, 1977, p. 157-174.

PEÑA SANTOS, Antonio de la. Galicia. Prehistoria, castreño e primeira romanización. Vigo: A Nosa Terra, 2003.

PEREIRA MANUT, Gerardo. Cambios estructurales versus romanización convencional. La transformación del paisaje político en el Norte de

*Heródoto, Unifesp, Guarulhos*, v.6, n.2 - 2021.2. p. 221-264.

DOI:



Hispania. In: GONZÁLEZ, J.; ARCE, J. (Eds.). Estudios sobre la Tabula Siarensis. Madrid: CSIC, 1988, p. 245-259.

PEREIRA MENAUT, Gerardo. Aproximación crítica al estudio de etnogénesis: la experiencia de Callaecia. Complutum, 2-3, 1992, p. 35-44.

PEREIRA MENAUT, Gerardo. Callaecia. Dialoghi di Archeologia, 1-2, 1992, p. 319-325.

PÉREZ LOSADA, Fermín. Entre a Cidade e a Aldea. Estudio arqueohistórico dos “aglomerados secundarios” romanos en Galicia. A Coruña: Museo Arqueológico, 2002.

PÉREZ RODRÍGUEZ-ARAGÓN, Fernando; GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, M<sup>a</sup>. Luz. El asentamiento de época visigoda de “El Pelambre” (Villaornate, León). In: QUIRÓS CASTILLO, J.A. (ed.), The Archaeology of Early Medieval Villages in Europe. Documentos de Arqueología e Historia. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2009, p. 365-469.

PÉREZ-RAMA, Mónica; VAQUEIRO RODRÍGUEZ, Marcos; GRANDAL-D'ANGLADE, Aurora. Indicios de pastoreo extensivo en el noroeste peninsular durante el dominio suevo. Cuadernos del Laboratorio Xeolóxico de Laxe, 38, 2015, p. 107-134.

PLIEGO VÁZQUEZ, Ruth. Gallaecia en tiempos del Reino Visigodo de Toledo: sus emisiones monetarias. In: CABREIRO ARES, F. (Coord.). Introducción a la historia monetaria de Galicia (s. II a.C.-XVIII d.C.). A Coruña: Laberinto de Paixóns, 2012, p. 65-104.

PORTELA, Ermelindo; PALLARES, M<sup>a</sup>. Carmen. Galicia, á marxe do Islam. Continuidade das estruturas organizativas no transito á Idade Media. In: PEREIRA MENAUT, G. (Coord.). Galicia fai dous mil anos. O feito diferencial galego. I. Historia. Volume 1. Santiago de Compostela: Museo do Pobo Galego, 1997, p. 435-458.

POVEDA ARIAS, Pablo. La diócesis episcopal en la Hispania visigoda: concepción, construcción y disputas por su territorio. Hispania Sacra, LXXI, vol. 143, 2019, p. 9-24.

POVEDA ARIAS, Pablo. ¿Hacia la unidad de Hispania? Explicaciones sociales a las ofensivas militares visigodas en la Península Ibérica (siglos VI-VIII). Gladius, XL, 2020, p. 73-92.

QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio; SANTOS SALAZAR, Igor. Territorios sin ciudades y complejidad social. El Cantábrico Oriental en la Alta Edad

*Heródoto*, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 221-264.

DOI:

Media. In: SABATÉ, F.; BRUFAL, J. (Coord.). *Arqueología medieval. La ciudad*. Lleida: Pagès editors, 2014, p. 139-174.

REGUERAS GRANDE, Fernando; RODRÍGUEZ CASANOVA, Isabel. *Triente de Sisebut y dinar de indicción en dos villae romanas leonesas*. *Brigecio*, 27, 2017, p. 11-24.

REQUEJO PAGÉS, Otilia; GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, José Avelino. *El asentamiento altomedieval de la vega de Corao (Cangas de Onís, Asturias, España)*. In: QUIRÓS CASTILLO, J.A. (ed.). *The Archaeology of Early Medieval Villages in Europe*. *Documentos de Arqueología e Historia*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2009, p. 167-179.

RIPOLL LÓPEZ, Gisella. *The arrival of the Visigoths in Hispania: Population Problems and the Process of Acculturation*. In: POHL, W.; REIMITZ, H. (ed.), *Strategies of Distinction. The Construction of Ethnic Communities, 300-800*. Leiden-Boston-Köln: Brill, 1998, p. 153-179.

ROBERTO, Umberto. *Il secolo dei vandali. Storia di un'integrazione fallita*. Palermo: 21 Editore, 2020.

RODRÍGUEZ RESINO, Álvaro. *Do Imperio Romano á Alta Idade Media. Arqueoloxía da Tardoantigüidade en Galicia (séculos V-VIII)*. Noia: Toxosoutos, 2005.

RODRÍGUEZ SÁNCHEZ, Brais. *O proceso de abandono dos castros. "Continuidades" e "Rupturas" entre a Idade do Ferro e a Alta Idade Media. Un estado da cuestión*. *Gallaecia*, 31, 2012, p. 139-151.

SÁNCHEZ PARDO, José Carlos. *Poblamiento rural tardorromano y altomedieval en Galicia (ss. V-X). Una revisión arqueológica*. *Archeologia Medievale*, XXXVII, 2010, p. 285-306.

SÁNCHEZ PARDO, José Carlos. *Castros y aldeas galaicorromanas: sobre la evolución y transformación del poblamiento indígena en la Galicia romana*. *Zephyrus*, LXV, 2010, p. 129-148.

SÁNCHEZ PARDO, José Carlos. *Castros, castillos y otras fortificaciones en el paisaje sociopolítico de Galicia (siglos IV-XI)*. In: QUIRÓS CASTILLO, J.A.; TEJADO SEBASTIÁN, J.M. (eds.). *Los Castillos Altomedievales en el Noroeste de la Península Ibérica*. *Documentos de Arqueología Medieval*, 4. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2012, p. 29-55.

SÁNCHEZ PARDO, José Carlos. *Power and rural landscapes in early medieval Galicia (400-900 AD): towards a reincorporation of the*

*Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 221-264.*

DOI:

archaeology into the historical narrative. *Early Medieval Europe*, 21, vol. 2, 2013, p. 140-168.

SÁNCHEZ PARDO, José Carlos. Iglesias y dinámicas sociopolíticas en el paisaje gallego de los siglos V-VIII. *Hispania*, LXXIII, nº. 243, 2013, p. 11-50.

SÁNCHEZ PARDO, José Carlos. Sobre las bases económicas de las aristocracias en la Gallaecia suevo-visigoda (ca. 530-650 D.C.). *Anuario de Estudios Medievales*, 44, vol. 2, 2014, p. 983-1023.

SÁNCHEZ PARDO, José Carlos. Organización eclesiástica y social en la Galicia Tardoantigua. Una perspectiva geográfico-arqueológica del Parroquial Suevo. *Hispania Sacra*, LVXI, 134, 2014, p. 439-480.

SÁNCHEZ PARDO, José Carlos. Late Antique contacts: the case of Galicia. In: DUGGAN, M.; TURNER, S.; JACKSON, M. (ed.). *Ceramics and Atlantic Connections: Late Roman and Early Medieval Imported Pottery on the Atlantic Seaboard*. International Symposium Newcastle University, March 26th-27th 2014. *Roman and Late Antique Mediterranean Pottery* 15. Oxford: Archaeopress, 2020, p. 94-107.

SÁNCHEZ-PARDO, José Carlos; BLANCO-ROTE, Rebeca; COSTA-GARCÍA, José Manuel; SANJURJO-SÁNCHEZ, Jorge; BARRIENTOS-RODRÍGUEZ, Víctor; ALONSO-TOUCIDO, Francisco. Hacia una reinterpretación de la secuencia de ocupación del yacimiento de A Cidadela (A Coruña). *Spal*, 29, vol. 1, 2020, p. 157-188.

SANTOS YANGUAS, Juan; DOPICO CAÍNZOS, María Dolores. El impacto de Asturica Augusta como ciudad del poder en su ámbito. *Revista de Historiografía*, 25, 2016, p. 87-300.

SUÁREZ OTERO, José. Galicia, la crisis del siglo VIII y la transición al mundo medieval. Nuevas propuestas para viejos problemas. In: CABALLERO ZOREDA, L.; MATEOS CRUZ, P.; GARCÍA DE CASTRO, C. (Eds.). *Asturias entre visigodos y mozárabes (Visigodos y Omeyas, VI)*. Anejos de *AEspA* LXIII. Madrid, CSIC, 2012, p. 415-441.

SUÁREZ PIÑEIRO, Ana María. *Así era la vida en la Galicia romana*. Santiago de Compostela: Lóstrego, 2007.

SUÁREZ PIÑEIRO, Ana María. *A romanización en Galicia*. Noia: Toxosoutos, 2009.

*Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 221-264.*

DOI:

TEJERIZO GARCÍA, Carlos. El poblamiento en el interior de la Gallaecia entre el final del Imperio Romano y la Alta Edad Media: Nuevos datos, nuevas propuestas. *Studia Histórica. Historia Medieval*, 38 (2), 2020, p. 155-187.

THOMPSON, Edward A. *The Goths in Spain*. Oxford: Oxford University Press, 1969.

THOMPSON, Edward A. The Conversion of the Spanish Suevi to Catholicism. In: JAMES, E. (Ed.). *Visigothic Spain: New Approaches*. Oxford: Oxford University Press, 1980, p. 77-92.

TRANOY, Alain. *La Galice romaine. Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*. Paris: De Brocard, 1981.

UBRIC, Purificación. The Church in the Suevic Kingdom (411-585 AD). In: D'EMILIO, J. (Ed.). *Culture and Society in Medieval Galicia. A Cultural Crossroads at the Edge of Europe*. Leiden-Boston: Brill Academic Publishers, 2015, p. 210-243.

VIGIL-ESCALERA GUIRADO, Alfonso; QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio. Arqueología de los paisajes rurales altomedievales en el Noroeste peninsular. In: CABALLERO ZOREDA, L.; MATEOS CRUZ, P.; CORDERO RUIZ, T. (eds.). *Visigodos y Omeyas. El Territorio, Anejos de AEspA LXI*. Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida (CSIC), 2012, p. 83-99.

WICKHAM, Chris. *The inheritance of Rome: A History of Europe from 400 to 1000*. London: Penguin, 2009.